
087372021010655000373

São Paulo, 20 de Agosto de 2021.

Prezado (a) Cliente,

Ao adquirir um produto da AIG SEGUROS BRASIL S.A., você fez uma excelente escolha.

Colocamos à sua disposição os melhores produtos de seguros disponíveis no mundo, desenvolvidos e alinhados de acordo com as necessidades, anseios e expectativas do consumidor.

Para nós você é muito mais que um Segurado, é a razão fundamental do trabalho de diversos profissionais que têm como principais objetivos garantir a sua satisfação e conquistar a sua confiança.

Atenciosamente,



Fabio Protasio Jorge de Oliveira
DIRETOR AIG SEGUROS BRASIL S.A.

**Tipo do Documento**

Emissão de Apólice

Número do Documento

087372021010655000373

Início às 24 horas de

15/08/2021

Término às 24 horas de

15/08/2022

Número da Proposta

N/I

Data da Proposta

10/08/2021

Data de Emissão

20/08/2021

Nº Apólice Anterior

N/A

Companhia

N/A

Ramo

0655

Descrição

Resp. Civil do Transportador Desvio de Carga (RCF-DC)

Processo SUSEP

15414.000359/2010-72

Dados do Estipulante/Segurado

TRANSPORTADORA TEMPO LTDA

CNPJ nº 15.046.912/0001-71

Rua Raineri Petrini

1881

Pavlh 1

95181-060

Santo Antonio

Farroupilha

RS

Dados do Tomador**Produto**

Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga – RCF-DC

Bem Segurado/Objeto de Seguro; Cobertura(s) contratada(s); Franquia (se prevista)/Carência(se prevista); Valor de Prêmio por cobertura contratada; Limite Máximo de Indenização por cobertura contratada

Vide especificação da apólice do seguro, seções "RESUMO DA(S) COBERTURA(S) CONTRATADA(S)" e "IDENTIFICAÇÃO DO BEM SEGURADO"

087372021010655000373

Limite Máximo de Garantia/Capital Segurado
R\$ 1.000.000,00 / R\$ 107.261.723,70

Distribuição de Cosseguro
Apólice sem operação de cosseguro

Corretor
SULINA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Código SUSEP
202044723

Demonstrativo do Prêmio

Prêmio Tarifário	R\$	0,00
Adic. Fracionamento	R\$	0,00
Custo de Apólice	R\$	0,00
Imposto (IOF)	R\$	0,00
Prêmio Total	R\$	0,00

Vencimento (s):

N/A N/A

Parcelamento

1ª Parcela	R\$	-
Demais Parcelas	R\$	-
Número de Parcelas		-

Meio de Pagamento
N/A

Periodicidade
Anual

Prazo de Pagamento
N/A

Moeda
BRL

Endereço de Cobrança

Rua Raineri Petrini	1881	Pavilh 1	
95181-060	Santo Antonio	Farroupilha	RS

AIG SEGUROS BRASIL S.A.
Avenida Doutor Chucri Zaidan, 296 - 17º e 18º andares
CEP 04583-110 - Vila Cordeiro, São Paulo - SP
CNPJ n.º 33.040.981/0001-50
Registro SUSEP 08737



087372021010655000373

Observações

087372021010655000373

A **AIG Seguros Brasil S.A.**, tendo em vista as declarações constantes na Proposta que lhe foi apresentada pelo segurado e que fica fazendo parte integrante deste contrato, obriga-se a indenizar, nos termos e sob as condições gerais, especiais e/ou particulares convencionados, as consequências dos eventos discriminados neste contrato de seguros.

Entende-se por Estipulante: Pessoa física ou jurídica que propõe a contratação de plano coletivo, ficando investida de poderes de representação do segurado.

Entende-se por Segurado: Pessoa física ou jurídica que, tendo interesse segurável, contrata o seguro em seu benefício pessoal ou de terceiro.

As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta.

A íntegra das Condições Gerais do Seguro pode ser acessada diretamente pelo site da SUSEP através do <http://www.susep.gov.br/menu/servicos-ao-cidadao/sistema-de-consulta-publica-de-produtos>.

O segurado poderá consultar a situação cadastral de seu corretor de seguros, no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.

O registro deste plano na SUSEP, não implica por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

O segurado poderá entrar em contato com a SUSEP através do telefone 0800 021 8484.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros.

Fale com a AIG

SAC (Central 24h): 0800 726 6130

SAC - Atendimento a deficientes auditivos e da fala (Central 24h): 0800 724 0149

Ouvidoria (2ª a 6ª feira, das 9h às 18h): 0800 724 0219

Ouvidoria - Atendimento a deficientes auditivos e da fala (2ª a 6ª feira, das 9h às 18h): 0800 200 1244.



Fabio Protasio Jorge de Oliveira

Diretor AIG Seguros Brasil S.A.

087372021010655000373

Especificação de Seguro

Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga – RCF-DC

SEGURADO: TRANSPORTADORA TEMPO LTDA
CNPJ: 15.046.912/0001-71

1. PERFIL DO RISCO

- N/A

2. VIGÊNCIA DO SEGURO

O presente seguro vigorará pelo prazo de 01 ano, a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia 15/08/2021 até as 24 (vinte e quatro) horas do dia 15/08/2022.

3. OBJETO SEGURADO

Mercadorias pertencentes a terceiros que tenham sido entregues para transporte ao Segurado, devidamente acondicionadas de acordo com sua natureza e viagem.

NOTA: Neste contrato, o Segurado é, exclusivamente, o Transportador Rodoviário de Carga, devidamente registrado no Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres.

4. BENS OU MERCADORIAS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO

Não estão compreendidos no presente seguro, em hipótese alguma, os bens ou mercadorias relacionadas ao item V das Condições Gerais do respectivo seguro:

- a) o veículo transportador;
- b) apólices, bilhetes de loteria, cartões de crédito, cartões telefônicos e cartões de estacionamento em geral;
- c) ações, cheques, contas, comprovantes de débitos, conhecimentos, ordens de pagamento, saques, e dinheiro, em moeda ou papel;
- d) diamantes industriais, documentos e obrigações de qualquer espécie, e escrituras;
- e) jóias, pérolas em geral, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos e semipreciosos e suas ligas (trabalhadas ou não), notas e notas promissórias;
- f) registros, títulos, selos e estampilhas;
- g) talões de cheque, vales - alimentação, vales - refeição e similares;
- h) cargas radioativas e cargas nucleares;
- i) aqueles não averbados no Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga (RCTR-C); e
- j) quaisquer outros bens ou mercadorias, relacionados na apólice, mediante acordo entre partes.

VIDE SUBJETIVIDADE: BENS OU MERCADORIAS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO I

OBSERVAÇÃO:

Se o Segurado averbar bens ou mercadorias excluídos da cobertura oferecida pela presente apólice e se tal procedimento gerar cobrança involuntária de prêmio, mediante comprovação, será feita a

087372021010655000373

restituição do respectivo prêmio cobrado indevidamente pela Seguradora.

5. MEIO DE TRANSPORTE

Viagens efetuadas utilizando veículos apropriados aos transportes de mercadorias, de propriedade do Segurado, devidamente legalizada(s) e habilitada(s) ao transporte de carga no Território Brasileiro.

Os motoristas deverão estar regularmente habilitados e, para todos os efeitos deste contrato de seguro, serão considerados prepostos do Segurado.

6. VIAGEM

Os embarques segurados por esta apólice se referem às cargas movimentadas pelo Segurado no Território Nacional, por via terrestre-rodoviária, através de veículos próprios ou empresas de transportes subcontratadas.

7. INÍCIO E FIM DOS RISCOS

Os riscos cobertos assumidos na presente apólice, durante o transporte propriamente dito, têm início no momento em que os bens ou mercadorias são recebidos pelo transportador, no local de início da viagem contratada, e terminam quando são entregues ao destinatário, no local de destino da mesma viagem, ou quando depositados em juízo, se aquele não for encontrado.

A cobertura concedida por esta apólice estende-se aos percursos urbanos e suburbanos de coletas e entregas dos bens ou mercadorias, efetuadas pelo Segurado como complementares à viagem principal, comprovadas pelo documento fiscal do embarcador ou pela minuta de despacho.

O Segurado deve exigir que o destinatário confira, contra recibo, os bens ou mercadorias entregues, sob pena de perda da garantia, em caso de reclamações posteriores.

8. LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA

O limite máximo de garantia, em um mesmo embarque ou por acumulação em qualquer local abrangido por esta apólice não poderá exceder o valor de: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Não obstante o LMG da apólice, fica entendido e acordado o LMG exclusivamente para a(s) seguinte(s) operação(ões):

- **400.000,00 para para exclusivamente mercadoria café**
- **50.000,00 para para exclusivamente transportes em Vans Kombi, Furgão e Pick-up.**
- **400.000,00 para para exclusivamente bebidas em geral (inclusive alcóolicas e refrigerantes)**

Na operação cujo valor ultrapassar o limite acima, o Segurado obriga-se a dar imediato aviso à Seguradora, por escrito, utilizando-se de carta, fax, e-mail e nunca através da própria averbação, com antecipação mínima de 3 (três) dias úteis, contados da data de embarque. A Seguradora deverá se pronunciar, no prazo de até 3 (três) dias úteis, após o recebimento da comunicação, sobre a aceitação ou não do risco proposto ou da aceitação parcial do risco, de acordo com o limite máximo de garantia vigente. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, caracterizará a aceitação tácita do risco proposto.

Se o Segurado não submeter os riscos ou se a Seguradora não aceitá-los, dentro dos prazos aqui estabelecidos, os embarques e/ou acúmulos referentes aos referidos riscos não terão a cobertura

087372021010655000373

concedida por esta apólice, não devendo, portanto, ser averbado na forma estabelecida no Capítulo XI destas Condições Gerais.

9. IMPORTÂNCIA SEGURADA

A Importância Segurada, por embarque, corresponderá aos valores integrais dos bens ou mercadorias declarados nos conhecimentos de embarque, objetos das averbações previstas no Capítulo VII destas Condições Gerais. Previsão anual estimada em R\$ 107.261.723,70 (cento e sete milhões, duzentos e sessenta e um mil setecentos e vinte e três reais e setenta centavos)

Nos casos em que a Importância Segurada for superior ao Limite Máximo de Garantia fixado na apólice, será observado o disposto no item IX destas Condições Gerais.

10. COBERTURAS

De conformidade com o disposto nos itens II - Objeto do Seguro e III - Riscos Cobertos, das Condições Gerais para O Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa - Desvio de Carga.

10.1 Observações de Exclusões

a) Interpretação de Datas Por Equipamentos Eletrônicos: Fica entendido e concordado que este seguro não cobre qualquer prejuízo, dano, destruição, perda, e/ou reclamação de responsabilidade de qualquer espécie, natureza ou interesse, desde que devidamente comprovado pela seguradora, que possa ser, direta ou indiretamente, originado de, ou consistir de falha ou má interpretação de datas por equipamentos eletrônicos, sistemas ou programas, de conformidade com a Cláusula de Exclusão - Interpretação de Datas por Equipamentos Eletrônicos, anexa.

b) Atos de Terrorismo ou Decorrentes de Riscos Político, de Crédito e de Garantia Financeira: Não estarão compreendidas neste seguro as perdas e danos causados, direta ou indiretamente, por atos de terrorismo ou decorrentes de riscos político, de crédito e de garantia financeira.

c) Embarques com cobertura de seguro suspensa: Os embarques que tenham Origem, Destino ou Transbordo voluntário nos Países: Iraque, Cuba, Burma/Myanmar e/ou qualquer outro com Embargo Político/Econômico dos Estados Unidos e ONU terão as coberturas excluídas desta apólice bem como qualquer relação comercial envolvendo pessoas físicas ou jurídicas listadas na SDN list (Specially Designated National List).

d) Cláusula Específica de Exclusão Ampliada Referente à Contaminação Radioativa:

1. De modo algum este seguro cobrirá responsabilidades civis ou despesas por perdas e danos, sejam direta ou indiretamente causadas pelo seguinte, ou que o seguinte venha a contribuir para sua causa, ou ainda que sejam resultantes de:

1.1 radiações de ionização ou contaminação resultantes de radioatividade a partir de quaisquer combustíveis nucleares ou resíduos nucleares ou da combustão de combustíveis nucleares;

1.2 propriedades radioativas, tóxicas, explosivas ou outras propriedades que causem contaminação ou que causem riscos, de quaisquer instalações, reatores ou de quaisquer outras unidades nucleares ou componentes nucleares destes;

1.3 quaisquer armas ou dispositivos que utilizem energia atômica ou desintegração do núcleo atômico e/ou fusão, ou quaisquer outras reações, força ou matéria radioativas;

087372021010655000373

1.4 propriedades radioativas, tóxicas, explosivas ou outras propriedades que causem contaminação ou riscos, de quaisquer matérias radioativas. A exclusão, nesta sub-cláusula, não se aplica aos isótopos radioativos que não sejam combustíveis nucleares, quando os referidos isótopos estiverem sendo preparados, transportados, armazenados ou utilizados para propósitos comerciais, agrícolas, médicos, científicos ou outros propósitos pacíficos similares.

e) Cláusula de Exclusão de Armas Químicas, Biológicas, Bioquímicas, Eletromagnéticas e Ataque Cibernético: Esta Cláusula será soberana e deverá se sobrepor a qualquer disposição contrária contida neste seguro.

Em hipótese alguma este seguro cobrirá perda, dano, responsabilidade ou despesa direta ou indireta causada por ou atribuída a, ou resultante de:

1. qualquer arma química, biológica ou eletromagnética;
2. utilização ou operação, como um meio de causar prejuízo, de qualquer computador, sistema de computador, programa de computador, vírus de computador ou processo, ou qualquer outro sistema eletrônico..

10.1. BENS OU MERCADORIAS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO I

Não estão compreendidos no presente seguro, em hipótese alguma, os bens ou mercadorias relacionadas no Art. 5º do Capítulo III das Condições Gerais do respectivo seguro:

I - apólices, bilhetes de loteria, cartões de crédito, cartões telefônicos e cartões de estacionamento em geral; II - cheques, contas, comprovantes de débitos, e dinheiro, em moeda ou papel; III - diamantes industriais, documentos e obrigações de qualquer espécie, e escrituras; IV - jóias, pérolas em geral, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos e semipreciosos e suas ligas (trabalhadas ou não), notas e notas promissórias; V - registros, títulos, selos e estampilhas; e VI - talões de cheque, vales - alimentação e vales - refeição.

Bens ou Mercadorias não Compreendidos no Seguro

Algodão em ramos e/ou em plumas e/ou em fardos prensados e/ou em fios, em bobinas ou carretéis; Aparelhos e lâminas de barbear; Aparelhos celulares e suas partes e peças; Armas, armamentos e munições; Animais vivos; Carne ☐ In Natura ☐ (Qualquer Origem Animal), Carne Seca (Charque) Cigarros; Cobre em geral; Couro Wet Blue e beneficiado; Containers; Equipamentos eletrônicos em geral; Explosivos de qualquer tipo; Madeiras, compensados, móveis e mudanças; Medicamentos; Mudanças de móveis e utensílios; Objetos de arte (quadros, esculturas, antiguidades, coleções); Pneus e câmaras de ar; Veículos Trafegando por meios próprios; Veículos.

10.3. CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

Nº 106 Cláusula Específica de Gerenciamento de Riscos

11. TAXAS

Será aplicada a taxa de 0,018000%.

12. PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO (POS)

Este seguro está isento de aplicação de POS.

087372021010655000373

13. AVERBAÇÕES

O Segurado assume a obrigação de comunicar, à Seguradora, todos os embarques abrangidos pela apólice, antes da saída do veículo transportador, através da entrega de cópia do(s) Conhecimento(s) de Transporte Eletrônico (CT-e), bem como, do(s) Manifesto(s) Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) ou documento fiscal equivalente, emitido(s) para transporte, em rigorosa sequência numérica, acompanhado(s) do respectivo formulário de averbação.

A comunicação prevista acima poderá ser feita também por meio de transmissão eletrônica, diariamente, mediante acordo prévio com a Seguradora.

O não cumprimento da obrigação de averbar todos os embarques abrangidos pela apólice, quaisquer que sejam seus valores, isentará, de pleno direito, a Seguradora, da responsabilidade de efetuar o pagamento de qualquer indenização decorrente deste seguro, AINDA QUE O EMBARQUE SINISTRADO TENHA SIDO AVERBADO, ressalvado o disposto no subitem 9.2.3 e no subitem 12.2 destas Condições Gerais.

14. PRÊMIO MÍNIMO MENSAL

Para manutenção e garantia das coberturas concedidas e condições previstas no presente seguro, será cobrado do Segurado o PRÊMIO MÍNIMO MENSAL de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)**, quando os valores averbados (segurados) conduzirem a prêmio inferior ao mínimo, ou quando não ocorrer qualquer transporte durante o mês.

A cobrança de tal valor não justifica nem autoriza a falta de qualquer comunicação de embarques (averbação) para a Seguradora por parte do Segurado, a qual deverá ser processada no todo e no devido tempo, sob pena de sonegação e perda do direito à indenização devida na eventualidade de sinistro.

OBS: Ao referido prêmio será acrescido o IOF.

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Gerenciamento de Riscos da apólice está detalhado no documento: 655012433.

Fica entendido e acordado que a concessão de cobertura desta apólice, ficará condicionada a aplicação de Gerenciamento de Risco, que deverá, através de planejamento acordado entre Segurado e Seguradora e mencionado na apólice, cumprir regras específicas de proteção à carga, previstas no documento denominado Plano de Gerenciamento de Riscos que constitui parte integrante desta apólice.

Fica, porém, acordado que, se, individualmente, o valor das mercadorias específicas não ultrapassar o limite máximo estabelecido na tabela (conforme mencionado no item "Tabela de Mercadorias Específicas" abaixo), ou ainda, se o acúmulo de duas ou mais mercadorias específicas, em uma mesma viagem, não ultrapassar o valor de **R\$30.000,00 (trinta mil reais)**, do total do embarque averbado, esta Seguradora considerará tal embarque como se integralmente fosse composto de mercadorias não específicas.

Caso as regras de Gerenciamento de Riscos não sejam cumpridas integralmente, a indenização ficará limitada ao sub-limite estabelecido no Grupo de Mercadorias Específicas, limitado ao Máximo de **R\$300.000,00 (trezentos mil reais)**.

087372021010655000373

Não aplicável.

16. INSPEÇÕES

A Seguradora poderá proceder, a qualquer momento, utilizando-se de seus funcionários ou de empresa prestadora de serviços a inspeções e verificações que considerar necessárias ou convenientes, com relação ao seguro e ao prêmio, e o Segurado assume a obrigação de fornecer os esclarecimentos, os elementos e as provas que lhe forem solicitados pela Seguradora, ficando sob sua responsabilidade os custos referentes a tais inspeções.

17. PAGAMENTO DO PRÊMIO

Serão pagos através de fichas de compensação bancária com vencimento de 30 dias da emissão da fatura mensal de conformidade com o item XV - "Pagamento de Prêmio" das Condições Gerais, anexa a esta apólice.

18. RESCISÃO E CANCELAMENTO

O presente contrato pode ser rescindido, a qualquer momento, bilateralmente, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias corridos, por escrito, com exceção dos riscos em curso, sem prejuízo do disposto no artigo 31, do Título VX - "Pagamento do Prêmio", das Condições Gerais.

19. REGULAÇÃO E PAGAMENTO DE SINISTROS:

De acordo com o disposto do Título XV - "Regulação e Liquidação e Sinistros" constante das Condições Gerais anexa a esta apólice.

Em caso de reembolso ao Segurado, seja por ter o mesmo efetuado o pagamento da indenização, total ou parcial, ao terceiro proprietário dos bens ou mercadorias, com a expressa anuência da Seguradora, seja por ter efetuado despesas com o objetivo de evitar o agravamento do sinistro, entendendo-se como tal, minorar o dano, ou salvar os bens ou mercadorias sinistradas, decorrentes de risco coberto pelo presente seguro, será devida, pela Seguradora, atualização daquele reembolso, a partir do 11º (décimo primeiro) dia após a data do efetivo pagamento por parte do Segurado, conforme disposto no Título XIX - "Indenização" das Condições Gerais.

20. FORO COMPETENTE

O foro do domicílio do Segurado é competente para dirimir toda e qualquer controvérsia relativa ao presente contrato

21. SUBJETIVIDADES

- N/A

22. DIFERENCIAIS

- N/A

23. EXCLUSÕES

- N/A

24. VISTORIAS

Em caso de sinistro o Segurado se obriga a comunicar, à Seguradora, por escrito, a ocorrência de todo e qualquer sinistro, tão logo dele tome conhecimento e dentro de prazo que possibilite, à Seguradora, a apuração da causa, natureza e extensão dos danos, tudo de conformidade com o Título XVI - "Regulação e Liquidação de Sinistro" das Condições Gerais.

Observação: Em caso de sinistros para atendimento no local do evento, ligar para **AIG "TOLL**

087372021010655000373

FREE" - 0800.725.55.08.

25. ANEXOS

- Condições Gerais

Condições Gerais para o Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RCF-DC)

Nº 106 Cláusula Específica de Gerenciamento de Riscos

BENS OU MERCADORIAS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO I

A AIG coletará somente os dados necessários à execução do objeto deste Contrato, além de envidar esforços para implementar todas as medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar um nível adequado de segurança da informação, de tratamento e de armazenamento, nos termos da legislação brasileira. Os dados poderão ser utilizados para: (i) promover, melhorar e/ou desenvolver seus produtos e serviços; realizar auditorias; analisar dados e pesquisas para aprimoramento de produtos e serviços; gerar análises estatísticas e relatórios; (ii) aprimorar a segurança e oferta de seus produtos e serviços; regular sinistros e documentos, bem como identificar e coibir fraudes e poderão ser transferidos para: (i) A empresas do Grupo (inclusive localizadas em outros países) e autoridades governamentais; (ii) A parceiros de negócio, tais como a outras seguradoras; resseguradoras; corretores de seguro e resseguro e outros intermediários e agentes; representantes nomeados; distribuidores; instituições financeiras, empresas de valores mobiliários e outros parceiros comerciais e prestadores de serviços, unicamente para a finalidade de execução do Contrato. Os dados serão armazenados durante o período necessário para a execução do Contrato e para cumprimento de obrigações legais e/ou regulatórias. Por fim, o segurado poderá exercer seus direitos de confirmação de existência de tratamento; acesso aos dados; correção; anonimização, dentre outros, através do Serviço de Atendimento ao Cliente - Fale com a AIG, incluindo, junto de seu pedido, as seguintes informações: nome completo, tipo e número de documento de identificação; número da apólice; telefone para contato, e e-mail. Para saber mais sobre a Privacidade de Dados consulte a Política de Privacidade de Dados da AIG Seguros no site: www.aig.com.br.



087372021010655000373

Condições Gerais

Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga – RCF-DC

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A aceitação deste seguro estará sujeita à análise do risco.
- 1.2. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.
- 1.3. O Segurado poderá consultar a situação cadastral de seu corretor de seguros no *site* www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.

2. OBJETO DO SEGURO

- 2.1 O presente seguro garante ao Segurado, até o valor da Importância Segurada, o pagamento das reparações pecuniárias, pelas quais, por disposição de lei, for ele responsável, em virtude de perdas ou danos materiais sofridos pelos bens ou mercadorias pertencentes a terceiros, que lhe tenham sido entregues para transporte, por rodovia, no território nacional, contra conhecimento de transporte rodoviário de carga e/ou outro documento hábil.

2.1.1 Neste contrato, o Segurado é, exclusivamente, o Transportador Rodoviário de Carga, devidamente registrado no Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres.

3. RISCOS COBERTOS

- 3.1 Estão cobertos as perdas e/ou os danos materiais sofridos pelos bens ou mercadorias pertencentes a terceiros, causados exclusivamente por:
 - a) Desaparecimento total da carga, concomitantemente com o do veículo, durante o transporte, em decorrência de:
 - a.1) Apropriação indébita e/ou estelionato;
 - a.2) Furto simples ou qualificado;
 - a.3) Extorsão simples ou mediante sequestro;
 - b) Roubo durante o trânsito, entendendo-se como tal, para a caracterização da cobertura, o desaparecimento total ou parcial da carga, desde que o autor do delito tenha assumido o controle do veículo transportador, mediante grave ameaça ou emprego de violência contra o motorista.
 - c) Roubo de bens ou mercadorias carregados nos veículos transportadores, enquanto estacionados no interior de depósitos ou da área do terreno onde estiverem localizados os depósitos do Segurado, ou sob seu controle e/ou administração, desde que tais depósitos tenham sido, previamente, relacionados na apólice e que sejam observadas, cumulativamente, as seguintes condições:
 - c.1) Os bens ou mercadorias carregados estejam acompanhados do respectivo conhecimento de transporte rodoviário de carga e/ou de outro documento hábil; e
 - c.2) Os referidos bens ou mercadorias não tenham permanecido, no depósito, por mais de 15 (quinze) dias corridos.



087372021010655000373

- d) Roubo praticado durante viagem fluvial complementar à viagem rodoviária, exclusivamente na Região Amazônica, desde que haja abertura de inquérito policial, e que ocorra o desaparecimento total ou parcial da carga, concomitantemente ou não com o do veículo embarcado.

3.1.1 Este seguro não pode ser contratado coletivamente, devendo as apólices ser individualizadas por Segurado.

3.1.2 É facultada a estipulação da apólice por terceiros, sem prejuízo das disposições destas Condições Gerais, em particular os subitens 2.1.1, 3.1.1, 12.1 e 12.2 destas Condições Gerais.

3.1.3 A garantia não abrange os bens ou mercadorias ainda não carregados nos veículos transportadores, mas localizados nos depósitos do Segurado, ou sob seu controle e/ou administração, exceto, exclusivamente, se contratada a Cobertura Adicional nº 1.

- 3.2 A responsabilidade coberta por este seguro se restringe a perdas e/ou danos materiais diretamente causados pelos eventos citados no subitem 3.1 acima, conforme definições constantes do Glossário de Termos Técnicos, destas Condições Gerais, não compreendida a cobertura de responsabilidade por danos corporais, danos morais e/ou lucros cessantes decorrentes de qualquer causa, ainda que de ocorrência prevista neste item 3.

4. RISCOS NÃO COBERTOS

- 4.1 A garantia deste seguro não se aplica quando o desaparecimento total ou parcial da carga, mesmo que decorrente de risco coberto, estiver associado:

a) A dolo em ato praticado, exclusiva e comprovadamente, pelo Segurado ou beneficiário do seguro, ou pelo representante de um ou de outro; se o Segurado for pessoa jurídica, a exclusão se aplica aos sócios controladores da empresa segurada, aos seus dirigentes e administradores legais, aos beneficiários, e também aos representantes de cada uma destas pessoas;

b) Ainda que parcialmente, a bens ou mercadorias contrabandeadas, roubadas ou furtadas, ou ainda, cuja comercialização e/ou embarque sejam proibidos ou ilícitos.

c) **EXCLUSÃO DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS**

1. Não obstante qualquer disposição em contrário neste contrato, este seguro não garante qualquer perda, dano, responsabilidade, reclamação, custo ou despesa de qualquer natureza causada por, contribuído por, resultante de, decorrente de, ou em conexão com uma doença transmissível ou o medo ou ameaça (real ou percebida) de uma doença transmissível, independentemente de qualquer outra causa ou evento contribuindo simultaneamente ou em qualquer outra sequência.

2. Conforme usado neste documento, uma doença transmissível significa qualquer doença que pode ser transmitida por meio de qualquer substância ou agente de qualquer organismo para outro organismo onde:

2.1 A substância ou agente inclui, mas não está limitado a, um vírus, bactéria, parasita ou outro organismo ou qualquer variação do mesmo, seja considerado vivo ou não, e

2.2 O método de transmissão, seja direta ou indireta, inclui, mas não está limitado a, transmissão aerotransportada, transmissão de fluidos corporais, transmissão de ou para qualquer superfície ou objeto, sólido, líquido ou gás ou entre organismos, e

2.3 A doença, substância ou agente pode causar ou ameaçar lesões corporais, doenças, danos à saúde humana, bem-estar humano ou propriedade.

5. BENS OU MERCADORIAS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO



087372021010655000373

- 5.1 Não estão compreendidos no presente seguro, em hipótese alguma, os seguintes bens ou mercadorias:
- a) O veículo transportador;
 - b) Apólices, bilhetes de loteria, cartões de crédito, cartões telefônicos e cartões de estacionamento em geral;
 - c) Ações, cheques, contas, comprovantes de débitos, conhecimentos, ordens de pagamento, saques, e dinheiro, em moeda ou papel;
 - d) Diamantes industriais, documentos e obrigações de qualquer espécie, e escrituras;
 - e) Jóias, pérolas em geral, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos e semipreciosos e suas ligas (trabalhadas ou não), notas e notas promissórias;
 - f) Registros, títulos, selos e estampilhas;
 - g) Talões de cheque, vales-alimentação, vales-refeição e similares;
 - h) Cargas radioativas e cargas nucleares;
 - i) Aqueles não averbados no Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga (RCTR-C); e
 - j) Quaisquer outros bens ou mercadorias, relacionados na apólice, mediante acordo entre partes.

6. COBERTURA DE BENS OU MERCADORIAS SUJEITOS A CONDIÇÕES PRÓPRIAS

- 6.1 Independentemente do disposto na alínea “j”, do subitem 5.1 destas Condições Gerais, a cobertura da responsabilidade decorrente do transporte dos bens ou mercadorias sujeitos a condições próprias fica condicionada a que os referidos bens ou mercadorias sejam relacionados na apólice, de comum acordo, e que também sejam observadas as condições próprias, discriminadas nas Condições Particulares da apólice.

6.1.1 Se, por ocasião de sinistro, decorrente de fato gerador previsto nos termos do item 3 destas Condições Gerais, for constatada, no embarque averbado, a existência de bens ou mercadorias relacionados na apólice, de comum acordo, como sujeitos a condições próprias, sem a observância do previsto acima, o seu valor não será computado para fins de cálculo da indenização, devolvendo-se ao Segurado o prêmio correspondente, eventualmente pago.

- 6.2 A cobertura da responsabilidade decorrente do transporte dos bens ou mercadorias abaixo mencionados fica sujeita a taxas e condições próprias, discriminadas nas seguintes Cláusulas Específicas:
- a) Objetos de arte (quadros, esculturas, antiguidades e coleções);
 - b) Mudanças de móveis e utensílios (residenciais ou de escritório);
 - c) Animais vivos;
 - d) “containers”;
 - e) Veículos trafegando por meios próprios.

7. COMEÇO E FIM DA COBERTURA

- 7.1 A cobertura dos riscos tem início durante a vigência da presente apólice e a partir do momento em que os bens ou mercadorias são recebidos pelo transportador, no local de início da viagem contratada, e termina quando são entregues, no local de destino da mesma viagem, ou quando depositados em juízo, se o destinatário não for encontrado.

7.1.1 O Segurado deve exigir que o destinatário confira, contra recibo, os bens ou mercadorias entregues, sob pena de perda da garantia, em caso de reclamações posteriores.

- 7.2 A cobertura concedida por esta apólice estende-se aos percursos urbanos e suburbanos de coletas e entregas dos bens ou mercadorias, efetuadas pelo Segurado como complementares à



087372021010655000373

viagem principal, comprovadas pelo documento fiscal do embarcador ou pela minuta de despacho.

8. PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO

- 8.1 Fica entendido e acordado que, em todo e qualquer sinistro coberto por este seguro, o Segurado participará dos prejuízos reclamados com o percentual estabelecido na apólice, a título de participação obrigatória (POS).

8.1.1 O percentual estabelecido na apólice será aplicado ao valor de cada reclamação, excluindo parcelas não indenizáveis.

9. IMPORTÂNCIA SEGURADA E LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA

- 9.1 A Importância Segurada (IS), por embarque, corresponderá aos valores integrais dos bens ou mercadorias declarados nos conhecimentos de embarque, objetos das averbações previstas no item 13 destas Condições Gerais, ressalvado o disposto no subitem 6.1.1 destas Condições Gerais.

- 9.2 Em qualquer hipótese, o valor máximo indenizável pela Seguradora em "um mesmo sinistro" corresponderá ao Limite Máximo de Garantia (LMG) por veículo/acúmulo, escolhido pelo Segurado, de acordo com a Seguradora, e fixado na apólice.

9.2.1 Considerar-se-á "um mesmo sinistro" o conjunto de perdas e/ou danos materiais resultantes de uma mesma ocorrência prevista nos termos do item 3 destas Condições Gerais, atingindo um mesmo veículo/viagem, ou um mesmo depósito, pertencente ao Segurado ou sob seu controle e/ou administração, previamente listado nesta apólice.

9.2.2 Nos embarques em que a Importância Segurada (IS) ultrapassar o Limite Máximo de Garantia (LMG), fica o Segurado obrigado a dar aviso, por escrito, à Seguradora, com antecipação mínima de 3 (três) dias úteis, contados da data de embarque. A Seguradora deverá se pronunciar, no prazo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento da comunicação, sobre a aceitação ou não do risco proposto. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, caracterizará a aceitação tácita do risco proposto.

9.2.3 Se o Segurado não submeter o risco, ou se a Seguradora não o aceitar dentro dos prazos estabelecidos no subitem 9.2.2 acima, o embarque respectivo não terá a cobertura concedida por esta apólice, não devendo, portanto, ser averbado, na forma estabelecida no item 13 destas Condições Gerais.

9.2.4 Os prazos aludidos no subitem 9.2.2 podem ser reduzidos mediante acordo entre as partes.

10. PROPOSTA DE SEGURO

- 10.1 A presente apólice é emitida em conformidade com as declarações constantes da proposta de seguro, que é parte integrante deste contrato.

10.1.1 A Seguradora emitirá a apólice em até 15 (quinze) dias após a data de aceitação da proposta.

- 10.2 O Segurado se obriga a comunicar, por escrito, à Seguradora, qualquer alteração que ocorra nos dados constantes da proposta de seguro, com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de

087372021010655000373

antecedência, contados da data de início da vigência da alteração pretendida.

10.2.1 A Seguradora deverá se pronunciar sobre a sua aceitação ou não no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento da comunicação.

10.2.2 A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, caracterizará a aceitação tácita da alteração proposta.

10.3 Não é admitida a presunção de que a Seguradora possa ter conhecimento de circunstâncias que não constem da proposta, e daquelas que não tenham sido comunicadas posteriormente, na forma do subitem 10.2.

11. ACEITAÇÃO E RENOVAÇÃO DE APÓLICES

11.1 A Seguradora disporá do prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data do recebimento da proposta, para recusar ou aceitar o risco que lhe for proposto. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, caracterizará a aceitação tácita do risco proposto.

11.1.1 A data de início de vigência do seguro coincidirá com a data de aceitação da proposta, facultada a fixação de data distinta, desde que expressamente acordada entre as partes.

11.1.2 A cobertura concedida por este seguro começa às 24 (vinte e quatro) horas do dia estipulado para o seu início, e finda às 24 (vinte e quatro) horas do dia fixado para o seu término, respeitado o disposto no subitem 7.1 destas Condições Gerais.

11.1.3 Dentro do prazo aludido no subitem 11.1, a Seguradora poderá solicitar, ao proponente, novos documentos e/ou informações complementares, justificadamente indispensáveis à análise da proposta, suspendendo-se aquele prazo até o completo atendimento das exigências formuladas.

11.1.4 No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

11.2 A renovação do presente seguro não é automática, e somente será realizada mediante acordo entre o Segurado (ou seu representante) e a Seguradora.

12. OUTROS SEGUROS

12.1 O Segurado não poderá manter mais de uma apólice deste seguro nesta ou em outra Seguradora, sob pena de suspensão de seus efeitos, sem qualquer direito à restituição do prêmio ou das parcelas do prêmio que houver pago.

12.2 Não obstante o disposto no subitem 12.1, é permitida a emissão de mais de uma apólice, exclusivamente nos seguintes casos:

- a) Quando o Segurado possuir filiais em algum Estado da Federação, não cobertas pela apólice principal, nos termos do subitem 12.2.2, e desde que fique caracterizado, em cada uma das apólices adicionais, o local de início da viagem;
- b) Quando as demais apólices adicionais forem específicas para um determinado tipo de mercadoria, não abrangida pela apólice principal, nos termos do subitem 12.2.3;
- c) Quando o valor do embarque for superior ao Limite Máximo de Garantia (LMG) por veículo/acúmulo e, consultada a Seguradora, esta tiver recusado o risco, desde que a consulta e a recusa tenham sido formuladas dentro dos prazos previstos na apólice principal, conforme o disposto no subitem 9.2.2 destas Condições Gerais;
- d) Quando as apólices adicionais forem estipuladas por um determinado embarcador, em

087372021010655000373

nome do transportador, nos termos da Lei no 11.442/2007 e suas alterações posteriores, atendidas as demais disposições do seguro, particularmente o subitem 2.1.1 e o subitem 3.1.1.

12.2.1 Em todos os casos, nas apólices adicionais, deve existir menção expressa à existência da apólice principal.

12.2.2 Na situação prevista na alínea "a", acima, deverão ser discriminadas, com destaque, por ocasião da emissão da apólice principal, as filiais que não estarão garantidas pelo seguro.

12.2.3 Nas situações previstas na alínea "b", acima, deverão ser discriminadas, com destaque, por ocasião da emissão da apólice principal, as mercadorias que não poderão ser transportadas com a garantia da mesma.

13. AVERBAÇÕES

13.1 O Segurado assume a obrigação de averbar, junto à Seguradora, todos os embarques abrangidos pela apólice, antes da saída do veículo transportador, com base nos conhecimentos emitidos, em rigorosa sequência numérica, mediante a transmissão eletrônica do arquivo do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), no padrão estabelecido na legislação, ou documento fiscal equivalente.

13.1.1 Após a averbação do seguro, nos casos em que for obrigatória a emissão do Manifesto Eletrônico do Documentos Fiscais (MDF-e), deve o Segurado, mediante transmissão eletrônica, efetuar a entrega do arquivo completo desse documento, no padrão estabelecido na legislação, também em rigorosa sequência numérica e antes do início da viagem.

13.2 O não cumprimento da obrigação de averbar todos os embarques abrangidos pela apólice, quaisquer que sejam seus valores, isentará, de pleno direito, a Seguradora, da responsabilidade de efetuar o pagamento de qualquer indenização decorrente deste seguro, AINDA QUE O EMBARQUE SINISTRADO TENHA SIDO AVERBADO, ressalvado o disposto no subitem 9.2.3 e no subitem 12.2 destas Condições Gerais.

14. PRÊMIO

14.1 Na emissão da apólice será feita a cobrança do prêmio inicial calculado sobre o valor estipulado como Limite Máximo de Garantia (LMG) por veículo/acúmulo.

14.1.1 Durante a vigência da apólice, o prêmio inicial será reajustado sempre que, por solicitação do Segurado e com a concordância da Seguradora, for aumentado o Limite Máximo de Garantia (LMG) por veículo/acúmulo, fixado na apólice;

14.1.2 O valor do prêmio inicial pago será levado a crédito do Segurado no pagamento da sua última conta mensal, atualizado de acordo com o índice estabelecido nas normas em vigor.

14.2 O valor do prêmio será calculado com base no valor dos bens ou mercadorias, declarados no conhecimento ou manifesto de carga e na averbação, e nas taxas do seguro, ressalvado o disposto no subitem 9.2.2 destas Condições Gerais.

14.3 A cobrança do prêmio será feita através de fatura mensal, e a correspondente Ficha de Compensação ou documento equivalente, englobando todo o movimento averbado pelo Segurado durante cada mês.

14.4 A entrega da apólice ao Segurado será feita mediante o pagamento do prêmio inicial.



087372021010655000373

15. PAGAMENTO DO PRÊMIO

- 15.1 Fica entendido e ajustado que qualquer indenização, por força do presente contrato, somente passará a ser devida depois que o pagamento do prêmio tiver sido realizado pelo Segurado, o que deve ser feito, no máximo, até a data limite prevista para este fim, na Ficha de Compensação ou documento equivalente.
- 15.2 A data limite para pagamento do prêmio não poderá ultrapassar o 30º (trigésimo) dia da emissão da apólice, da fatura ou da conta mensal, do aditivo de renovação, dos aditivos ou endossos dos quais resulte aumento do prêmio.
- 15.3 Quando a data limite coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento do prêmio poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.
- 15.4 Fica, ainda, entendido e ajustado que, se o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio sem que esse se ache efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado, desde que o prêmio respectivo seja pago dentro daquele prazo.
- 15.5 Decorridos os prazos referidos nos artigos anteriores sem que tenha sido quitado o documento de cobrança, a apólice ficará automaticamente e de pleno direito cancelada, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba restituição de quaisquer parcelas do prêmio, eventualmente já pagas.
- 15.5.1 Os embarques averbados antes do cancelamento da apólice, cujos prêmios tenham sido pagos, terão cobertura até o fim de suas respectivas viagens.

16. REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

- 16.1 Em caso de sinistro, o Segurado se obriga a:
- a) Comunicar imediatamente à Seguradora, logo que delas tenha conhecimento, as ocorrências que possam acarretar responsabilidade por esta apólice;
 - b) Adotar providências para resguardar os interesses comuns, coletando informações e provas que forem possíveis, de maneira a possibilitar a localização dos bens ou mercadorias desviados;
 - c) Providenciar o transporte e armazenagem dos bens ou mercadorias localizados, de comum acordo com a Seguradora;
 - d) Prestar ao representante da Seguradora todas as informações e esclarecimentos necessários à determinação da causa, natureza e extensão das perdas e danos materiais resultantes, entregando à Seguradora cópia dos documentos básicos a seguir indicados:
 - d.1) Registro oficial da ocorrência e das perícias locais, se realizadas;
 - d.2) A ficha de cadastro do(s) motorista(s) e ajudante(s) e/ou documentação do sistema de cadastramento prévio, devidamente aprovado pela Seguradora;
 - d.3) Depoimento de testemunhas e de envolvidos (motorista(s)/ajudante(s));
 - d.4) Manifestos, conhecimentos e notas fiscais dos bens ou mercadorias desviados; e
 - d.5) Cópia do contrato firmado com o transportador, quando houver.
- 16.1.1 A Seguradora poderá solicitar outros documentos necessários à regulação e liquidação do sinistro, e ao esclarecimento de dúvidas fundamentadas e justificadas.
- 16.2 Quando qualquer ação civil ou penal for proposta contra o Segurado ou seu preposto, será dado imediato conhecimento do fato à Seguradora, à qual serão remetidas cópias das contrafés recebidas. Em tais casos, o Segurado (ou seu preposto) ficará obrigado a constituir, para defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos, procurador ou advogado, exceto nos casos em



087372021010655000373

que a lei dispensar tal nomeação.

- 16.3 Embora as negociações e os procedimentos relativos à liquidação do sinistro, com os reclamantes, sejam conduzidos pelo Segurado, à Seguradora se faculta o direito de dirigir os entendimentos, ou intervir em qualquer fase daquelas negociações e procedimentos.
- 16.4 O Segurado obriga-se a dar assistência à Seguradora, com a finalidade de sustar, remediar ou sanar falhas ou inconvenientes, visando à solução correta dos litígios.
- 16.5 É vedado ao Segurado transigir, pagar ou tomar outras providências que possam influir no resultado das negociações ou litígios, em especial reconhecer a sua responsabilidade, salvo se tiver a anuência expressa da Seguradora.
- 16.6 A Seguradora indenizará também, quando contratualmente previsto, as custas judiciais e os honorários do advogado ou procurador, nomeado(s) pelo Segurado, até o valor da Importância Segurada fixada para essas verbas, observada, se for o caso, a eventual proporção na responsabilidade pela indenização principal.

17. DEFESA EM JUÍZO CIVIL

- 17.1 A Seguradora poderá intervir na ação, na qualidade de assistente, ficando o Segurado obrigado a assumir a sua própria defesa, nomeando advogado de sua escolha, exceto nos casos em que a lei dispensar tal nomeação.

17.1.1 A Seguradora reembolsará as custas judiciais e os honorários do(s) advogado(s) de defesa do Segurado, quando contratualmente previsto, e do reclamante. Neste último caso, somente quando o pagamento advenha de sentença judicial ou acordo autorizado pela Seguradora, e até o valor da diferença, caso positiva, entre a Importância Segurada fixada para o embarque, e a quantia pela qual o Segurado for civilmente responsável.

17.1.2 Se o Segurado e a Seguradora nomearem advogados diferentes, na hipótese de não ter sido contratualmente previsto o reembolso das custas judiciais e dos honorários do(s) advogado(s) de defesa do Segurado, cada parte assumirá, individualmente, os gastos integrais pelas contratações respectivas.

18. OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

- 18.1 O Segurado se obriga a:
- a) Observar todas as exigências legais relacionadas com a proteção e a segurança das operações de transporte;
 - b) Adotar precauções tendentes a evitar as ocorrências previstas no item 3 - Riscos Cobertos - destas Condições Gerais;
 - c) Cadastrar o(s) motorista(s), seu(s) ajudante(s), seus veículos transportadores, bem como o(s) proprietário(s) desses veículos, quando for o caso, em "Ficha de Cadastro" apropriada;
 - d) Exigir a apresentação e conferir rigorosamente os seguintes documentos do(s) motorista(s) e dos veículos transportadores: Carteira Nacional de Habilitação, Cédula de Identidade, Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Inscrição no INSS, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV, assim como a numeração do chassi e placa do veículo;
 - e) Arquivar, na "Ficha de Cadastro", cópia da Cédula de Identidade do(s) motorista(s) e do(s) ajudante(s), do CRLV e do RNTRC;
 - f) Coletar, na "Ficha de Cadastro", as impressões digitais do(s) motorista(s) e do(s)

087372021010655000373

- ajudante(s), bem como a fotografia deles, no ato do cadastramento;
- g) Dar imediato aviso à Seguradora no caso de interrupção não programada da viagem ou demora no prazo de sua duração normal, assim que tiver conhecimento de tal ocorrência;
 - h) Utilizar de todos os meios legais para descobrir os autores do evento danoso, promovendo para tal fim as necessárias medidas policiais e judiciais, conservando os vestígios e indícios do delito praticado, permitindo ainda a realização de todas as diligências que as autoridades ou a Seguradora julgarem necessárias;
 - i) Autorizar a Seguradora, sempre que esta julgar conveniente, a adotar as providências relacionadas com o inquérito e as investigações policiais, outorgando-lhe, por meio hábil, todos os poderes necessários para tal fim.

18.1.1 As obrigações previstas nas alíneas “c” a “f” acima são extensivas às empresas subcontratadas pelo Segurado ou que com ele operem em regime de tráfego mútuo.

18.1.2 As obrigações previstas nas alíneas “c” a “f”, e no subitem 18.1.1 acima, poderão ser substituídas por sistema de cadastramento prévio, devidamente aprovado pela Seguradora.

18.1.3 As obrigações acima, também se aplicam aos Segurados transportadores autônomos.

19. ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

- 19.1 A Seguradora ficará isenta de toda e qualquer responsabilidade ou obrigação decorrentes deste seguro, sem qualquer pagamento ao terceiro prejudicado ou reembolso ao Segurado, quando:
- a) O Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no presente contrato;
 - b) Não tiver sido contratado o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga para os bens ou mercadorias objeto deste seguro, inclusive por eventuais transportadores subcontratados pelo Segurado;
 - c) O Segurado não averbar nesta apólice todos os embarques nela abrangidos e efetuados sob a sua responsabilidade, ressalvadas as hipóteses presentes no subitem 9.2.3 e no subitem 12.2 destas Condições Gerais;
 - d) O Segurado não se enquadrar na definição de Transportador Rodoviário de Carga, conforme o subitem 2.1.1 destas Condições Gerais;
 - e) O Segurado praticar qualquer fraude e/ou falsidade que tenham influído na aceitação do risco ou nas condições do seguro;
 - f) O Segurado transgredir os prazos, não fazer as comunicações devidas, ou não cumprir quaisquer das obrigações que lhe cabem pelas condições do presente seguro;
 - g) O Segurado agir de má-fé com relação à ocorrência do sinistro e aos danos causados pelo mesmo, desviar ou ocultar, no todo ou em parte, os bens ou mercadorias sobre os quais verse a reclamação;
 - h) O Segurado dificultar qualquer exame ou diligência necessários para a ressalva de direitos em relação a terceiros, ou para a redução dos riscos e prejuízos;
 - i) O Segurado agravar intencionalmente o risco.

20. INSPEÇÕES

- 20.1 A Seguradora poderá proceder, a qualquer momento, a inspeções e verificações que considerar necessárias ou convenientes, com relação ao seguro e ao prêmio, e o Segurado assume a obrigação de fornecer os esclarecimentos, os elementos e as provas que lhe forem solicitados pela Seguradora.

20.1.1 Os custos relativos às inspeções e verificações serão de responsabilidade da Seguradora.



087372021010655000373

21. INDENIZAÇÃO

- 21.1 Os prejuízos serão apurados tomando-se por base a averbação do seguro, o conhecimento de transporte rodoviário de carga, a nota fiscal ou outro documento hábil.
- 21.2 Observados os limites previstos no item 9 destas Condições Gerais, serão computadas, na determinação dos prejuízos, as despesas efetuadas para a recuperação dos bens ou mercadorias desaparecidos, desde que autorizadas pela Seguradora, deduzidas, ainda, as importâncias recuperadas.
- 21.2.1 As importâncias porventura recuperadas, líquidas das despesas mencionadas no item 2 após o pagamento da indenização, beneficiarão o Segurado e a Seguradora proporcionalmente às cotas de prejuízos assumidas.
- 21.2.2 As despesas mencionadas acima não incluirão aquelas que disserem respeito a trabalho de investigação e localização do paradeiro da carga, cujo reembolso dependerá de autorização prévia por parte da Seguradora.
- 21.3 Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias contados da data do registro da ocorrência policial feita pelo Segurado, contra a apresentação da certidão passada pela autoridade competente de que os bens ou mercadorias desviados ainda não foram localizados, a Seguradora procederá à liquidação dos prejuízos apurados, observados os limites previstos no item 9 destas Condições Gerais.
- 21.4 Se a Seguradora não liquidar diretamente os prejuízos decorrentes da reclamação, poderá autorizar o Segurado a efetuar o pagamento correspondente e, neste caso, ficará a Seguradora obrigada ao reembolso, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da apresentação da prova do pagamento.
- 21.5 A Seguradora reembolsará o Segurado das despesas realizadas com socorro e salvamento, transbordo, armazenagem, guarda, reembalagem e outras que tenham sido feitas para salvaguardar os bens ou mercadorias, limitado o reembolso de tais despesas à diferença entre o valor da Importância Segurada do embarque e o valor da indenização paga e/ou a pagar ao terceiro proprietário dos bens ou mercadorias.
- 21.6 Em caso de reembolso ao Segurado, seja por ter o mesmo efetuado o pagamento da indenização, total ou parcial, ao terceiro proprietário dos bens ou mercadorias, com a expressa anuência da Seguradora, seja por ter efetuado despesas para recuperar os bens ou as mercadorias, ou evitar o sinistro, será devido, pela Seguradora, o reembolso dos referidos valores dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar das datas dos efetivos pagamentos por parte do Segurado.
- 21.6.1 Não sendo o reembolso efetuado no prazo fixado acima, os valores estarão sujeitos à atualização monetária, de acordo com o índice especificado nas Condições Particulares, ou, na falta deste, pela variação positiva do IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, a partir da data do pagamento da indenização e das despesas.
- 21.6.2 Serão devidos, também, pela Seguradora, juros moratórios, a partir do 11º (décimo primeiro) dia após a data do efetivo pagamento por parte do Segurado, equivalentes à taxa em vigor para a mora de pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
- 21.6.3 O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros moratórios será feito independente de notificação ou interpelação judicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores do contrato.

087372021010655000373

22. RESCISÃO E CANCELAMENTO

- 22.1 O presente contrato pode ser rescindido, a qualquer momento, por acordo entre as partes, com exceção dos riscos em curso, sem prejuízo do disposto no subitem 15.5.1 destas Condições Gerais.
- 22.2 Se o Segurado, seu representante ou corretor de seguros, fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, ficará prejudicado o direito à indenização, além de estar o Segurado obrigado ao pagamento do prêmio vencido.
- 22.3 Se a inexatidão ou a omissão nas declarações não resultar de má-fé do Segurado, a Seguradora poderá:
- a) Na hipótese de não ocorrência do sinistro:
 - a.1) Cancelar o seguro, retendo, do prêmio originalmente pactuado, a parcela proporcional ao tempo decorrido; ou
 - a.2) Permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença de prêmio cabível.
 - b) Na hipótese de ocorrência de sinistro sem indenização integral:
 - b.1) Cancelar o seguro, após o pagamento da indenização, retendo, do prêmio originalmente pactuado, acrescido da diferença cabível, a parcela calculada
 - b.2) proporcionalmente ao tempo decorrido; ou
 - Permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença de prêmio cabível, ou deduzindo-a do valor a ser indenizado;
 - c) Na hipótese de ocorrência de sinistro com indenização integral, cancelar o seguro, após o pagamento da indenização, deduzindo, do valor a ser indenizado, a diferença de prêmio cabível.
- 22.4 O Segurado está obrigado a comunicar à Seguradora, logo que saiba, qualquer fato suscetível de agravar o risco coberto, sob pena de perder o direito à indenização, se ficar comprovado que silenciou de má-fé.
- 22.4.1 A Seguradora, desde que o faça nos 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento de aviso de agravação de risco, sem que tenha havido culpa do Segurado, poderá lhe dar ciência, por escrito, de sua decisão de cancelar o contrato.
- 22.4.2 O cancelamento só será eficaz 30 (trinta) dias após a notificação, devendo ser restituída, pela Seguradora, a diferença do prêmio.
- 22.4.3 A Seguradora poderá propor a continuidade do contrato e cobrar a diferença do prêmio, ressalvando-se o prazo previsto no subitem 22.4.1.

23. REDUÇÃO DE RISCO

- 23.1 Salvo disposição em contrário, a diminuição do risco no curso do contrato não acarreta a redução do prêmio estipulado; mas, se a redução do risco for considerável, o Segurado poderá exigir a revisão do prêmio, ou o cancelamento do contrato.

24. SUB-ROGAÇÃO

- 24.1 A Seguradora, ao pagar a correspondente indenização, por motivo de sinistro coberto pela presente apólice, ficará automaticamente sub-rogada em todos os direitos e ações que competirem ao Segurado, contra terceiros, obrigando-se o Segurado a facilitar os meios ao

087372021010655000373

pleno exercício dessa sub-rogação.

24.1.1 A Seguradora não pode se valer do instituto da sub-rogação contra o Segurado.

24.1.2 Quando os bens ou mercadorias forem transportados por transportadores rodoviários subcontratados, ficam estes, para todos os efeitos, equiparados a prepostos do Segurado, não cabendo, portanto, ação regressiva contra tais subcontratados, desde que o correspondente conhecimento de transporte rodoviário tenha sido emitido em nome do Segurado, e, obrigatoriamente, antes do início dos riscos.

24.1.3 Salvo dolo, a sub-rogação não tem lugar se o dano foi causado pelo cônjuge do Segurado, seus descendentes ou ascendentes, consanguíneos e afins.

25. FORO COMPETENTE

25.1 O foro do domicílio do Segurado é competente para dirimir toda e qualquer controvérsia relativa ao presente contrato.

26. PRESCRIÇÃO

26.1 Os prazos prescricionais serão aqueles determinados em lei.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICO

Aceitação

Aprovação da proposta apresentada pelo Segurado e a emissão da competente apólice.

Acúmulo

No seguro de RCF-DC, corresponde ao valor total das mercadorias e/ou bens armazenados nos locais previstos no contrato de seguro, sendo este termo utilizado pelo Mercado, em conjugação com o Limite Máximo de Garantia.

Apólice

É o instrumento do contrato de seguro que contém as Condições Gerais, Coberturas Adicionais e Cláusulas Específicas que o regem, assim como as informações sobre o objeto ou bem segurado.

Apropriação indébita

É a apropriação de coisa alheia móvel, por quem tem a sua guarda, custódia, posse ou detenção.

Aviso de Sinistro

Trata-se de uma das obrigações do Segurado, que deve comunicar, à Seguradora, a ocorrência de qualquer sinistro, assim que dele tenha conhecimento.

Bens

São todas as coisas, direitos e ações que podem ser objeto de propriedade.

Cancelamento

Dissolução antecipada do contrato de seguro, em sua totalidade, por perda de direito do Segurado ou



087372021010655000373

determinação legal, ou parcialmente, em relação a uma determinada cobertura, no caso de reembolso correspondente ao Limite Máximo de Garantia da mesma. O cancelamento do seguro por acordo entre as partes denomina-se "Rescisão".

"Causa Mortis"

Expressão latina que significa "a causa da morte".

Cláusula Específica

Cláusula suplementar, adicionada ao contrato, modificando a cobertura, mas sem gerar prêmio adicional.

Cobertura Adicional

Cobertura adicionada ao contrato, facultativamente, mediante cobrança de prêmio adicional.

Condições Gerais

Conjunto de cláusulas contratuais que estabelecem obrigações e direitos do Segurado e da Seguradora.

Conhecimento de Embarque/Conhecimento de Transporte

Documento numerado sequencialmente, emitido pelo transportador na data de carregamento ou de início da viagem, contendo informações sobre os bens ou mercadorias transportados, tais como origem, procedência e destino, quantidade e espécie dos volumes, números dos documentos fiscais e respectivos valores, etc.

Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga

Conhecimento de Embarque relativo ao transporte rodoviário.

"Container"

Recipiente ou caixa, normalmente fechado e de metal, munido de fechaduras de segurança, utilizado no transporte de mercadorias.

Dano Material

No seguro de RCF-DC, utiliza-se este termo em relação ao desvio de bens ou mercadorias de terceiros, entregues ao Segurado para transporte, e decorrente de apropriação indébita, estelionato, furto simples ou qualificado, extorsão simples ou mediante sequestro e roubo. Os danos podem ser indenizáveis ou não, de acordo com as condições do contrato de seguro.

Dano Moral

Lesão, praticada por outrem, ao patrimônio psíquico ou à dignidade da pessoa, ou, mais amplamente, aos direitos da personalidade, causando sofrimento psíquico, constrangimento, ou qualquer tipo de desconforto, independente da ocorrência simultânea de danos materiais ou corporais. Para as pessoas jurídicas, são as perdas financeiras indiretas, não contabilizáveis, decorrentes de ofensa ao seu nome ou à sua imagem, independente da ocorrência simultânea de outros danos.

Dolo

Má-fé; qualquer ato consciente por meio do qual alguém induz, mantém ou confirma outrem em erro; vontade conscientemente dirigida com a finalidade de obter um resultado criminoso.



087372021010655000373

Endosso

É um documento, emitido pela Seguradora, por intermédio do qual são alterados dados e condições de uma apólice, de comum acordo com o Segurado.

Estelionato

É a obtenção, para si ou para outrem, de vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Extorsão simples

É o constrangimento a que se submete alguém, mediante violência ou grave ameaça, com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, obrigando-o a fazer, a tolerar que se faça, ou a deixar de fazer alguma coisa.

Extorsão mediante sequestro

É o sequestro de pessoa, com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate.

Furto simples

É a subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel, sem ameaça ou violência à pessoa, e sem deixar vestígios.

Furto qualificado

No seguro de RCF-DC é, exclusivamente, a subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel, sem ameaça ou violência à pessoa, mas praticado mediante destruição ou rompimento de obstáculo.

Importância Segurada (IS)

É o valor integral dos bens ou mercadorias declarados nos documentos relativos a cada embarque, observado o Limite Máximo de Garantia por veículo/acúmulo fixado na apólice.

Indenização

No seguro de RCF-DC, é, primariamente, o pagamento, efetuado pela Seguradora diretamente ao terceiro prejudicado, proprietário dos bens ou mercadorias, das reparações a ele devidas, pelo Segurado, desde que cobertas pela apólice e, secundariamente, o reembolso, ao Segurado, das despesas realizadas para evitar o sinistro e recuperar os bens ou mercadorias, e das indenizações por ele pagas, ao prejudicado, com a anuência da Seguradora.

Limite Máximo de Garantia (LMG) por veículo/acúmulo

É a quantia máxima, fixada na apólice, que a Seguradora assumirá, em cada viagem de um mesmo meio de transporte, ou por acumulação de bens ou mercadorias nos depósitos do Segurado, ou sob seu controle e/ou administração, previamente listados na apólice.

Lucros Cessantes

Lucros que deixam de ser auferidos devido à paralisação de atividades e do movimento de negócios do Segurado.

Objeto do Seguro

É a designação genérica de qualquer interesse segurado, sejam coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos ou garantias.



087372021010655000373

Prêmio

É a importância paga pelo Segurado, ou estipulante proponente, à Seguradora, em troca da transferência, para esta, do risco a que aquele está exposto.

Proponente

É a pessoa, física ou jurídica, que pretende fazer o seguro, preenchendo e assinando uma proposta.

Proposta

Documento preenchido e assinado pelo proponente, na contratação do seguro, no qual são relacionados os dados que devem constar da apólice e as informações, verdadeiras e completas, sobre os riscos a serem cobertos.

Reclamação

No caso do seguro de RCF-DC, é a apresentação, à Seguradora, pelo Segurado, de pedido de indenização efetuado por terceiro pretensamente prejudicado, possivelmente sob a forma de uma notificação judicial, pedido este que o Segurado fará acompanhar de todas as informações e documentos relativos ao evento.

Regulação e Liquidação de Sinistros

É o processo de apuração dos prejuízos sofridos pelo Segurado, e que tem por finalidade fixar a responsabilidade da Seguradora e as bases das indenizações.

Rescisão

Dissolução antecipada do contrato de seguro por acordo das partes. Quando não há acordo, usa-se o termo "Cancelamento".

Risco Coberto

É o evento aleatório, previsto no contrato de seguro, cuja ocorrência acarreta prejuízo de ordem econômica para o Segurado.

Riscos Excluídos ou Não Cobertos

São os riscos que o contrato retira da responsabilidade da Seguradora. Os riscos excluídos podem ser genéricos, quando enumerados nas Condições Gerais da apólice, e específicos, quando constam das Condições Especiais.

Rodovia

Via terrestre não proibida ao trânsito de veículos automotores pelas autoridades competentes.

Roubo

É a subtração da coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de tê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

Segurado

É a pessoa física ou jurídica que, tendo interesse segurável, contrata o seguro em seu benefício pessoal ou de terceiro.

Segurador / Seguradora



087372021010655000373

É aquele(a) que emite uma apólice, assumindo a responsabilidade pelos riscos dela constantes, mediante o pagamento de prêmio pelo Segurado.

Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RCF-DC)

É o contrato mediante o qual uma pessoa jurídica, denominada Seguradora, se obriga, mediante o recebimento de um prêmio, a indenizar o terceiro prejudicado, proprietário dos bens ou mercadorias desaparecidas durante transporte efetuado por outra pessoa física ou jurídica, denominada Segurado, desaparecimentos estes resultantes de riscos futuros e incertos, previstos no contrato. Prevê o contrato, também, reembolsar o Segurado das despesas de socorro e salvamento, por ele efetuadas, visando evitar o sinistro e minimizar os danos, limitado o montante da indenização e do reembolso ao valor da Importância Segurada do embarque.

Sinistro

É a ocorrência de risco previsto no contrato (apólice).

Sub-rogação

É o direito que a lei confere à Seguradora, que pagou a indenização ao terceiro prejudicado, proprietário dos bens ou mercadorias, e, possivelmente, o reembolso de despesas ao Segurado, de assumir os direitos deste contra terceiros, responsáveis pelos prejuízos.

Transportador Rodoviário

É todo aquele registrado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).



087372021010655000373

Condições Particulares

Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga – RCF-DC

I. Nº 106 CLÁUSULA ESPECÍFICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

1. Fica entendido e acordado que a concessão de cobertura por esta apólice para o transporte de mercadorias, ficará condicionada a aplicação de Gerenciamento de Risco, que deverá, através de planejamento acordado entre Segurado e Seguradora e mencionado na apólice, cumprir regras específicas de proteção de carga, previstas no Plano de Gerenciamento de Riscos que constitui parte integrante desta apólice. Ratifica-se os dizeres da Cláusula 22 – Rescisão e Cancelamento das Condições Gerais deste contrato de seguro.

Parágrafo Único. Fica a Seguradora isenta de toda e qualquer responsabilidade, se no momento do sinistro ficar comprovado que as regras descritas no Plano de Gerenciamento de Riscos deixarem de ser cumpridas, mesmo que parcialmente.

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Cláusula Específica.

II. BENS OU MERCADORIAS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO I

Não estão compreendidos no presente seguro, em hipótese alguma, os bens ou mercadorias relacionadas no Art. 5º do Capítulo III das Condições Gerais do respectivo seguro:

I - apólices, bilhetes de loteria, cartões de crédito, cartões telefônicos e cartões de estacionamento em geral; II - cheques, contas, comprovantes de débitos, e dinheiro, em moeda ou papel; III - diamantes industriais, documentos e obrigações de qualquer espécie, e escrituras; IV - jóias, pérolas em geral, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos e semipreciosos e suas ligas(trabalhadas ou não), notas e notas promissórias; V - registros, títulos, selos e estampilhas;e VI - talões de cheque, vales - alimentação e vales - refeição.

Bens ou Mercadorias não Compreendidos no Seguro

Algodão em ramas e/ou em plumas e/ou em fardos prensados e/ou em fios, em bobinas ou carretéis; Aparelhos e lâminas de barbear; Aparelhos celulares e suas partes e peças; Armas, armamentos e munições; Animais vivos; Carne ☐ In Natura ☐ (Qualquer Origem Animal), Carne Seca (Charque) Cigarros; Cobre em geral; Couro Wet Blue e beneficiado; Containers; Equipamentos eletrônicos em geral; Explosivos de qualquer tipo; Madeiras, compensados, móveis e mudanças; Medicamentos; Mudanças de móveis e utensílios; Objetos de arte (quadros, esculturas, antiguidades, coleções); Pneus e câmaras de ar; Veículos Trafegando por meios próprios; Veículos.

Plano de Gerenciamento de Risco

Nome do Segurado:	TRANSPORTADORA TEMPO LTDA
Ramo(s):	Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga - RCF-DC
Número & Versão:	Nº 0655012433._Versão 01
Data de Emissão:	08.2021

Este documento é integrante Apólice de Seguro de Transporte RCF-DC e apresenta as condições obrigatórias para concessão de cobertura estabelecida. As medidas aqui indicadas deverão ser obrigatoriamente aplicadas em todos os embarques da operação.

01 - Objeto do Seguro: Esse documento Plano de Gerenciamento de Riscos é integrante ao contrato de seguro e foi na análise do risco para aceitação e definições dos termos e condições do seguro de Transporte Nacional.

Limite Máximo de Garantia (LMG): O limite máximo de garantia (LMG), em um mesmo embarque ou por acumulação decorrente de formação de comboio deverá respeitar as condições emitidas na Apólice **RCF-DC** - Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga.

02 - Procedimentos de Segurança a Serem Adotados no Transporte Rodoviário de Cargas _ Regras Gerenciamento de Riscos

Fica entendido e acordado através deste documento que o serviço de gerenciamento de riscos deverá ser realizado pela empresa de gerenciamento de riscos informada pelo segurado e analisada por esta seguradora durante período de cotação e assinatura do contrato de seguro.

Conforme informado pelo segurado a empresa de gerenciamento contratada e responsável pelo serviço de Gerenciamento de Riscos é a empresa **TECNORISK.**

Expressamente proibida à utilização de empresas e/ou estruturas de gerenciamento de propriedade do segurado e/ou Subcontratado que não tenham sido previamente avaliadas e autorizadas pelo departamento de Marine Loss Control Engineering - AIG Seguros Brasil.

A substituição da empresa de gerenciamento de riscos deverá ser informada a esta companhia de seguros com antecedência para que sejam feitos os devidos ajustes na apólice de seguros.

Caso ocorra um sinistro seja identificado a falha da empresa de Gerenciamento de riscos e/ou gerenciamento não tenha sido realizado pela empresa de GR acima informada pelo segurado, a indenização ficará prejudicada tendo em vista o descumprimento da regra de gerenciamento de riscos estabelecida entre as partes desde o processo de cotação e assinatura do contrato de seguro.

a) Transporte de Mercadorias Específicas

Cadastro: Obrigatório à pesquisa e/ou a repesquisa de motorista, veículo e ajudante antes todos os carregamentos/embarques de acordo com o procedimento pré-estabelecido neste documento. Será obrigatória a emissão do registro de embarque/solicitação de monitoramento para as viagens que possuem exigência de monitoramento ativo.

Seleção de Motorista: Para os embarques composto de uma ou mais mercadorias específicas com valores superiores a R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) será permitido apenas à utilização de motorista frota própria e/ou agregado de acordo com a regra pré-estabelecida neste documento.

Monitoramento Eletrônico Ativo (Rastreamento): Obrigatório o monitoramento eletrônico ativo de todos os embarques a partir dos sublimites estabelecidos na tabela de mercadoria especificada descrita neste documento.

Os embarques compostos por mais de duas mercadorias específicas que na somatória estiverem com valor superior a R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) deverão cumprir a regra de monitoramento de acordo com a regra estabelecida neste documento.

Planejamento de Rota: Obrigatório o Planejamento da Rota para todos os embarques monitorados conforme procedimento descrito neste documento.

Proteção adicional: para os embarques com valores superiores a R\$ 550.000,00 será obrigatório à utilização de um equipamento móvel ISCA com comunicação RF – Rádio Frequência; a utilização obrigatoriamente deverá respeitar a regra estabelecida neste documento.

O equipamento Móvel ISCA poderá ser substituído por uma viatura de escolta que deverá fazer o acompanhamento a partir da origem durante os primeiros 200 km da viagem; a viatura deverá possuir equipamento de rastreamento com sinal liberado para a gerenciadora de risco responsável pelo

monitoramento do caminhão. Sua contratação deverá respeitar as regras estabelecidas neste documento.

Serviço de escolta em caso de quebra e/ou ausência equipamento fixo: Para os embarques com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) caso seja constatado antes do início do carregamento a quebra do equipamento de rastreamento (falha de sensores e/ou atuadores) e/ou falta do equipamento, será obrigatório à utilização de uma viatura de escolta armada, dotada de equipamento de rastreamento fixo, efetuada por empresa legalmente constituída, a partir da origem durante todo o percurso, devidamente monitorada pela Gerenciadora de Riscos.

Tabela – Grupo de Mercadorias Específicas - Obrigatório cumprir a regra de monitoramento a partir dos sublimites informados abaixo considerando ainda o Limite Máximo de Garantia informado em Apólice:

Grupo de Mercadorias	Sublimite
Aço e Suas Ligas em Lingotes, Barras, Perfís, Bobinas, Tubos e Chapas	R\$ 300.000,00
Açúcar	R\$ 300.000,00
Alho	R\$ 300.000,00
Alumínio e Suas Ligas em Lingotes, Catodos, Fios, Barras, Perfís, Bobinas e Tubos	R\$ 300.000,00
Aparelhos eletrodomésticos	R\$ 300.000,00
Aparelhos Televisores, Blue Ray, Aparelhos de Imagem e Som e Similares	R\$ 300.000,00
Arroz e Trigo (Granel ou em Pacotes)	R\$ 300.000,00
Artigo de Higiene Pessoal e Limpeza Doméstica	R\$ 300.000,00
Autopeças em Geral, Incluindo Rodas Automotivas	R\$ 300.000,00
Bacalhau e Salmão	R\$ 300.000,00
Bicicletas (Partes Peças e Acessórios)	R\$ 300.000,00
Calçados (Tênis, Sapatos, Chinelos, Sandálias, Solados, Palmilhas e Correias)	R\$ 300.000,00
Cd's (Compact Disc) e Discos Blue Ray	R\$ 300.000,00
Combustível em Geral	R\$ 300.000,00
Confecções, Tecidos, Fios de Seda, e Fios Têxteis	R\$ 300.000,00
Cosméticos e Perfumes	R\$ 300.000,00
Defensivos Agrícolas / Adubo / Fertilizantes	R\$ 300.000,00
Empilhadeiras, Guinchos, Guindastes, Escavadeiras e Equipamentos de Terraplanagem	R\$ 300.000,00
Feijão (Granel ou em Pacotes)	R\$ 300.000,00
Grãos em Geral	R\$ 300.000,00
Fios e Cabos Elétricos (Exceto fios de cobre)	R\$ 300.000,00
Lâmpadas (Reatores, Luminárias e Periféricos)	R\$ 300.000,00
Leite, Leite em Pó ou Condensado	R\$ 300.000,00
Máquinas Agrícolas e/ou Seus Respetivos Implementos (Tratores, colheitadeiras, implementos e máquinas agrícolas, tratores de esteiras e pneus, retroescavadeiras, empilhadeiras e pás, carregadeiras, inclusive partes e peças).	R\$ 300.000,00
Óleos Comestíveis	R\$300.000,00
Óleos Lubrificantes	R\$ 300.000,00

Pilhas e Baterias	R\$ 300.000,00
Polietileno/Polipropileno/Poliestireno/Estireno, Nbr, Sbr, Pvc, Dioxido de Titânio e Demais Produtos com as Mesmas Características Físicas, Independentes de Seu Nome Comercial ou Composição Química.	R\$ 300.000,00
Produtos Alimentícios não Especificados nesta Tabela. (Exceto alimentos refrigerados/congelados)	R\$ 300.000,00
Produtos Químicos, Todos os Tipos, Inclusive Inflamáveis	R\$ 300.000,00
Rolamentos	R\$ 300.000,00
Sementes em geral	R\$ 300.000,00
Soja (Grãos)	R\$ 300.000,00
Tdi – Tolueno Di-Isocianato	R\$ 300.000,00
Tintas e Vernizes	R\$ 300.000,00
Vergalhões / Ferro	R\$300.000,00

d) Regra para Transporte para Mercadorias Não Específicas:

Cadastro: Obrigatório à pesquisa e/ou a repesquisa de motorista, veículo e ajudante antes todos os carregamentos/embarques de acordo com o procedimento pré-estabelecido neste documento. Será obrigatória a emissão do registro de embarque/solicitação de monitoramento para as viagens que possuem exigência de monitoramento ativo.

Seleção de Motorista: para os embarques com valores superiores a R\$ 300.000,00 (Trezentos mil) será permitido apenas à utilização de motorista frota própria e/ou agregado de acordo com a regra pré-estabelecida neste documento.

Monitoramento Eletrônico Ativo (Rastreamento): Obrigatório o monitoramento eletrônico ativo de todos os embarques a partir dos sublimites estabelecidos na tabela de mercadoria especificada descrita neste documento.

Os embarques compostos por mais de duas mercadorias específicas que na somatória estiverem com valor superior a R\$ 300.000,00 (Trezentos mil) deverão cumprir a regra de monitoramento de acordo com a regra estabelecida neste documento.

Planejamento de Rota: Obrigatório o Planejamento da Rota para todos os embarques monitorados conforme procedimento descrito neste documento.

03 - Procedimento para o Cumprimento das Regras de Gerenciamento de Riscos:

a) Credenciamento Motorista e Veículo

Aplica-se a todas as operações de transporte realizadas pelo segurado, sejam estes embarques referentes à coleta, transferência, venda direta, venda fracionada (distribuição) redespacho, e/ou devolução.

Obrigatória à prévia análise técnica profissional de todos os motoristas designados ao transporte rodoviário de cargas antes do início do embarque.

O processo de pesquisa e/ou repesquisa destinada à verificação da documentação de identificação e qualificação do motorista conforme legislação de trânsito deverá ser obrigatoriamente realizada pela empresa de gerenciamento de riscos contratada pelo segurado e reconhecida pela AIG SEGUROS BRASIL.

Atividade de pesquisa, repesquisa e consulta deverá ser realizada antes do início do embarque de acordo com as regras estabelecidas neste documento. O não cumprimento do procedimento determinará a recusa e não pagamento de indenização em caso de sinistro. (independente do tipo do evento de sinistro/causa).

Credenciamento de Veículo: Quanto ao veículo transportador e seu proprietário é obrigatória prévia análise respectiva ao cumprimento integral da legislação de trânsito em vigor. O embarque só poderá ser referendado caso não tenha sido encontrada nenhuma referência desabonadora.

Credenciamento de Motorista: O credenciamento de motorista deverá considerar as respectivas análises técnicas conforme condições previstas em legislação;

A periodicidade da realização da referida análise prévia deve obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

- i. **Para motoristas e ajudantes próprios:** antes da 1ª (primeira) contratação e, a partir daí, a cada 12 (doze) meses. O mesmo critério deve ser aplicado em relação aos proprietários do veículo transportador.
- ii. **Para motorista e ajudante agregado:** antes da 1ª (primeira) contratação e, a partir daí, a cada 6 (seis) meses. O mesmo critério deve ser aplicado em relação aos proprietários do veículo transportador.
- iii. **Para motorista Autônomo (terceiro):** pesquisa sempre deverá ser realizada a cada novo embarque.
- iv. **Credenciamento Ajudante:** Será considerado como ajudante aquele que efetivamente viaja com o veículo transportador. Ajudantes contratados no destino final para auxiliar a descarga não estão obrigados ao cadastro.
- v. **Consulta:** Quando se tratar de motoristas autônomos é necessário que seja feita uma consulta antes de cada embarque, independente da validade da pesquisa efetuada anteriormente. Também deve ser consultada a situação do veículo transportador e de seu(s) proprietário(s).
- vi. **Denominação de Motorista e Ajudante:**

Motorista Próprio: Motorista que possui vínculo empregatício com o transportador.

Motorista Agregado: Motorista que possui contrato exclusivo com a transportadora ou mantém viagens com a mesma, perfazendo a média de 01 viagem por mês nos últimos 12 (doze) meses. Em caso de sinistro necessário a comprovação do contrato de prestação de serviço.

Motorista Autônomo ou Carreteiro também denominado de Particular: Motorista que não possui vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços com a empresa de transporte.

Ajudante: Colaborador denominado de auxiliar ou ajudante que possui contrato de trabalho com a empresa de transportes, ou vínculo empregatício, OU colaborador terceiro contratado pelo transportador através de empresa de prestação de serviço legalmente constituída.

b) Procedimentos de Viagem

Os procedimentos para controle de viagem/embarque deverão ser aplicados a todos os embarques (coleta, transferência, venda direta, venda fracionada (distribuição) redespacho, e/ou devolução).

- i. Necessário Garantir a escolha do veículo de transporte adequado ao tipo de mercadoria a ser transportada, assim como os acessórios (cintas, correntes, lona, etc.) para devida amarração e proteção da carga.
- ii. Garantir que todos os motoristas e veículos utilizados na operação de transporte sejam previamente credenciados e certificados de acordo com os procedimentos de segurança pré-estabelecidos neste documento. Caso dos embarques que não possuem exigência de monitoramento, será obrigatório apresentação do registro de pesquisa/consulta emitido pelo Gerenciador de Riscos caso ocorra o sinistro.
- iii. Quanto ao registro de embarque, fica acordado que a regra obrigatória para todos os embarques monitorados, quais deverão ser informados e registrados na Gerenciadora de Riscos antes do início da viagem. Obrigatório à emissão do registro de embarque contendo no mínimo as seguintes informações:
 - Nome do motorista;
 - Número de registro e controle da viagem em questão;
 - Placas do veículo e carreta;
 - Origem e destino da viagem.
- iv. No caso de troca de motorista e/ou veículo durante a viagem, a transportadora deverá informar a Gerenciadora de Riscos, todos os dados do motorista substituto para que seja efetuado o registro de alteração para o referido embarque.
- v. Não será permitida a carona para pessoas desconhecidas do segurado e/ou seja, que não possuam vínculo empregatício e/ou contrato de prestação definido. Quando necessário a carona deverá ser informada a gerenciadora de riscos para que esta providencie a pesquisa como ajudante e/ou acompanhando (caso de esposa e filho)
- vi. Não está autorizado o estacionamento de uma carreta desatrelada em via pública, posto de combustível, terreno baldio sem que seja providenciada pelo segurado/transportador a segurança adequada a fim de proteger a carga. Os casos de troca do cavalo mecânico prevendo seu deslocamento do local onde se encontra a carreta para manutenção e/ou qualquer outro tipo de movimentação sem que a carreta esteja em um local autorizado pela Gerenciadora de riscos também não está autorizada.

c) Regras para Monitoramento Eletrônico (Rastreamento):

Aplica-se a todas as operações de transporte realizadas pelo segurado que estejam cobertos pela Apólice de Seguro, embarques referentes à coleta, transferência, venda direta, venda fracionada (distribuição), mercadorias destinadas a exportação, redespacho e/ou devolução.

A regra de monitoramento descrito neste documento deverá ser obrigatoriamente realizada pela empresa de gerenciamento de riscos legalmente constituída contratada pelo segurado. Não será autorizada a realização do serviço de monitoramento através da estrutura de gerenciamento de risco de propriedade do segurado;

Na Falta e/ou falha do equipamento de rastreamento Fixo: Caso seja constatado antes do início do carregamento a quebra do equipamento de rastreamento (falha de sensores e/ou atuadores) e/ou falta do equipamento, o mesmo deverá ser substituído por outro veículo transportador equipado com rastreador, na falta será obrigatório à utilização de uma viatura de escolta armada,

dotada de equipamento de rastreamento fixo, efetuada por empresa legalmente constituída, a partir da origem durante todo o percurso, devidamente monitorada pela Gerenciadora de Riscos.

Configuração Equipamento de Rastreamento Fixo: O simples fato do equipamento de rastreamento estar instalado no veículo, não constitui efetivo controle ativo do mesmo, entende-se como monitoramento ativo do veículo, ação de visualização de posições, bem como identificação de alertas e atuação dos itens de segurança instalados nos veículo.

Portanto, o sinal deverá estar disponível para central de gerenciamento de riscos, que deverá ter acesso a TODOS os recursos de configuração, acompanhamento simultâneo de alarmes/alertas e comandos e bloqueios disponíveis no equipamento.

Check List Equipamento de Rastreamento Fixo: Será obrigatória a realização do check list sistêmico do equipamento de rastreamento fixo, a partir do teste de funcionamento de seus sensores e atuadores realizado pela central de monitoramento da Gerenciadora de Riscos.

O Check List deverá ser realizado antes do embarque pelo motorista em conjunto com um responsável operacional da transportadora e operadora da central da gerenciadora de riscos. Não serão aceitos os procedimentos realizados através da equipe do transportador sem a participação da Gerenciadora de riscos.

O Check list sistêmico terá o prazo de validade de até 90 dias para os veículos da frota própria e agregada e/ou até que seja constatada durante a viagem a falha do equipamento que indique a necessidade de manutenção do equipamento através da provedora da tecnologia.

O veículo em questão poderá ser liberado pela gerenciadora de riscos somente após a manutenção do equipamento. Caberá ao transportador apresentação do documento que comprove a manutenção do equipamento.

Os veículos autônomos deverão realizar obrigatoriamente check list antes de cada embarque. Caberá a central de monitoramento da gerenciadora de riscos emitir o parecer e registro sobre o teste realizado.

O registro de teste deverá ser enviado a companhia de seguros em conjunto com as demais documentações em caso de sinistro.

Configuração de Frequência de Pedido de Posição: A Frequência de Pedido de Posição (FPP) para as áreas definidas como “de alto risco” de acidente e roubo de carga é de 5 minutos. Para as demais deve ser de no máximo 20 minutos. Obrigatória à configuração do equipamento para alerta de perda de sinal em caso de vandalismo, e/ou área de instabilidade de comunicação.

Operação de transporte realizada dentro da região metropolitana dos estados de São Paulo (cidade e grande São Paulo) e Rio de Janeiro (Cidade e Grande Rio de Janeiro), o pedido de Posição deve ser de no máximo 5 em 5 minutos durante o percurso.

Configuração de Frequência do Pedido de Posição durante as Paradas Intermediárias e Pernoite: Os equipamentos de rastreamento deverão permanecer ativos, transmitindo sua localização para a Central de Gerenciamento de Riscos inclusive durante as paradas intermediárias e pernoites.

A Frequência de Pedido de Posição (FPP) do veículo em parada para pernoite deve ser de no mínimo 30 em 30 minutos.

Obrigatório à configuração do equipamento de rastreamento para que este permaneça transmitindo o posicionamento durante todo período de sua parada para pernoite e/ou demais paradas para manutenção e/ou alimentação. O sistema de rastreamento deverá estar apto a transmitir o sinal de posição mesmo para os casos em que o veículo estiver com a ignição desligada.

A configuração do pedido de frequência, bem como as demais configurações para identificação de violação/ falha sensores e atuadores deverá ser obrigatoriamente realizada conforme instruções técnicas emitidas pelo provedor da tecnologia (fabricante do equipamento de rastreamento).

Especificamente para a tecnologia Autotrak solicitamos atenção para ativação do modo Sleep Mode, qual deverá ser realizada pelo proprietário do equipamento e confirmada pelo gerenciador de riscos responsável pelo monitoramento da viagem.

Configuração dos Sensores e Atuadores: Obrigatório à configuração de todos os sensores e atuadores disponíveis no veículo para identificação de violação, perda de sinal a partir do disparo de alertas para a central combinado com ação de autobloqueio do veículo. A configuração do equipamento deverá ser realizada a partir dos parâmetros disponíveis na inteligência embarcada do veículo; como por exemplo, a criação de MACROS (mensagens pré-formatadas) combinada com associação de comandos que deverão respeitar o plano de viagem. (Início, Parada, Reinício, Chegada ao cliente, descarga, fim de viagem).

Não será permitida a configuração de MACROS com a associação de comandos para desbloqueio automático da porta do baú, reinício de viagem após pernoite. A ação deverá ser confirmada e após executada pela central de monitoramento.

Para as viagens de distribuição (mais de uma entrega) realizada por veículo não articulado durante distribuição urbana, ou seja, viagens realizadas dentro da região metropolitana:

Conforme limite de rastreamento definido neste documento será obrigatório garantir através do monitoramento o controle de abertura de porta do baú (compartimento de carga) através do sistema de rastreamento.

A configuração de comandos de abertura de baú e porta de cabine deverá ser realizada conforme a característica do equipamento instalado, sempre considerando ação de mensagens pré-formatada associada aos comandos de segurança.

Observação: Não será permitido o envio de comandos e mensagens manuais exceto para os casos em que for constatada a falha do equipamento durante a viagem. Toda a configuração deverá ser embarcada no veículo antes do início da viagem.

Troca de Mensagens – Comunicação Entre o Veículo e central de Monitoramento: Será obrigatória a edição do grupo de mensagens pré-formatadas (MACROS), que permitam a comunicação do motorista através do teclado instalado no veículo com a central de monitoramento assim como as respectivas mensagens de retorno da central para com o veículo.

As mensagens devem estar configuradas em ordem sequencial, ou seja, que permitam o controle de cada etapa da operação de transporte conforme plano de viagem, e bem como deverão possuir os campos para preenchimento e confirmação dos dados relacionados a cada uma das respectivas etapas (motivo da parada, prazo previsto para reinício, pernoite, etc).

As mensagens pré-formatadas devem possuir associação de comando que permitam ativação de sensores e atuadores (conforme itens disponíveis na inteligência embarcada do equipamento)

É de responsabilidade do segurado e gerenciador de riscos o treinamento e confirmação sobre a correta utilização do equipamento pelo motorista. Deve estar familiarizado com o equipamento de rastreamento e apto a efetuar o contato através do terminal conforme a configuração definida para o projeto de transporte.

Caso ocorra um sinistro e fique comprovado que o motorista seguiu viagem mantendo contato por meio de recursos manuais sem habilitação de mensagens pré-formatadas (MACROS) por falta de conhecimento, instrução e/ou de cobrança por parte da equipe técnica da gerenciadora de risco, o embarque ficará caracterizado como irregular em desacordo com as regras estabelecidas neste documento.

Configuração Rota Eletrônica: Para os embarques interestaduais destinados ao transporte de carga lotação, Transferência entre unidades, Coleta Interestadual (Carga lotação) conforme sublimites de monitoramento informados neste documento será obrigatório à configuração do Plano de Rota no sistema de rastreamento, qual deverá também estar configurado para alertas de identificação de áreas de riscos e locais autorizados para a parada intermediária do veículo

(abastecimento, alimentação ou paradas emergenciais – quebra mecânico), desvio de rota; A configuração deverá respeitar o Plano de Rotas desenvolvido pelo gerenciador de riscos de acordo com a regra informada neste documento.

Plano de Rota e Pontos de Parada: Aplica-se obrigatoriamente aos embarques monitorados. Considera-se como Planejamento da rota a escolha de rodovias a partir da origem do embarque, considerando as regiões de risco (áreas de risco), as quais o veículo não será permitido a efetuar parada, bem como a escolha e a determinação dos pontos de parada intermediários (abastecimento, alimentação e paradas emergenciais como manutenção em caso de problema mecânico). O planejamento deverá ser realizado a partir da origem até o destino final da viagem. E deverá considerar alternativa de rota caso o veículo tenha que desviar seu itinerário. (situações adversas dentre estas a interdição da rodovia). O planejamento de rota deverá respeitar as regras de jornada de trabalho estabelecida na lei do motorista Lei 13.103/2015.

Observação: Encontram-se dispensados da regra de planejamento de rota os embarques relacionados à distribuição fracionada realizada na região metropolitana - urbana e/ou Intermunicipal.

Procedimentos a serem seguidos por veículos em trânsito dentro e fora das áreas consideradas de Risco: Esta regra destina-se a definição dos locais de parada intermediária de acordo com as demais regras pré-estabelecidas neste documento.

Consideram-se como áreas de risco as regiões metropolitanas das cidades abaixo listadas, que atualmente possuem alto índice de sinistralidade roubo durante a parada intermediária de veículos; nas áreas consideradas de risco não será permitida a parada voluntária do veículo nos primeiros 150 km a partir de sua origem sem prévia autorização e controle do gerenciador de riscos.

São Paulo/SP, Campinas/SP, Jundiaí/SP, Goiânia/GO, Salvador/BA, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR, São José dos Pinhais/PR, Belo Horizonte/MG, Contagem/MG, Itajaí/SC, Vitória/ES e Brasília/DF

Fica proibido, sob quaisquer argumentos, as paradas voluntárias do veículo transportador tais como alimentação, abastecimento, pernoite e outros dentro das áreas consideradas de riscos cujos locais não tenham sido reconhecidos e credenciados no plano de rotas emitido pela Gerenciadora de Riscos.

As paradas em locais de risco serão aceitas somente se realizadas em locais previamente autorizados pelo gerenciador de riscos e/ou dentro de uma unidade operacional do transportador; salvo exceções de problemas mecânicos que impeçam o deslocamento do veículo até o local autorizado;

Não é permitida a parada e ou pernoite do veículo carregado em residência, bem como locais desconhecidos ou vias públicas e terrenos baldios. **Esta regra aplica-se a todos os embarques independente da obrigatoriedade de monitoramento do veículo.**

Para os veículos na fase de entrega da carga no cliente final localizado dentro da área de risco, não será autorizado a permanência do veículo em via pública aguardando agendamento de entrega por mais de 24 horas. Caso o veículo necessite aguardar para descarga e/ou reagendamento da janela de entrega por um período superior a 24 horas será necessário providenciar a segurança para sua permanência no local e/ou o deslocamento para um local identificado pelo gerenciador de risco (Ponto de apoio, estrutura do transportador e/ou estrutura do segurado);

Na constatação de falha de quaisquer itens de gerenciamento descrito neste documento e/ou na inexistência dos procedimentos acima descritos por parte do segurado fica facultada a esta seguradora o direito de negativa de sinistro.

Documentos Exigidos em Caso de Sinistro: Para os sinistros de furto e/ou roubo de carga será obrigatório a apresentação de documentação que comprove o atendimento as medidas de

gerenciamento de riscos descritas neste documento. Obrigatório à apresentação dos seguintes itens:

- Documento emitido pelo Gerenciador de Riscos que comprove o cadastro do motorista e veículo (pesquisa), bem como quando necessário (viagens monitoradas) o registro do embarque;
- Apresentação de documento com a descrição/especificação do sistema de rastreamento (Principal e redundante conforme exigência), emitido pela provedora de tecnologia.
- Confirmar através de relatório e print de telas disponíveis no sistema da tecnologia os periféricos de segurança instalados no veículo (sensores e atuadores instalado), bem como o status de funcionamento antes do início da viagem e no momento do evento. (apresentar relatório que comprove seu funcionamento)
- Relatórios gerados pelo Software do sistema de rastreamento identificando históricos de configurações de segurança, posições, troca de mensagens, alertas recebidos pela central e relatório de comandos.
- O relatório de mensagens deverá ser obrigatoriamente emitido de forma permitir a leitura do texto preenchido pelo motorista nas mensagens pré-formatadas (MACROS);
- Plano de Rota e bem como a comprovação e registro da rota no sistema de rastreamento.
- Relatório Preliminar contendo o descritivo cronológico sobre o evento e as ações desencadeadas pela gerenciadora de riscos durante o monitoramento da viagem e após a confirmação do sinistro.

d) Equipamentos de Monitoramento (Rastreamento Fixo) reconhecidos por esta seguradora:

Provedores de Tecnologias Credenciados: Autotrak, Onixsat, Positron, Sascar, Sighra, STI, Omnilink (Modelos Linker, Omnilink, Controlloc, Constrolsat)

Modelo Equipamento Permitido: Obrigatória à utilização de equipamento de rastreamento modelo fixo para o monitoramento ativo dos veículos de carga; equipamento deverá possuir os sensores e atuadores descritos neste documento.

Tipo de Comunicação: Satelital, GPRS-GSM (Celular) e/ou Híbrido (Satelital + GPRS-GSM).

Sensores: Antena, Desengate, Ignição, Painel, Porta do Baú, Portas da Cabine.

Atuadores: Sirene, Bloqueio de Veículo, Botão de Pânico, Trava da Porta Baú, Teclado Alfanumérico.

Requisitos adicionais à escolha do equipamento fixo:

Os sistemas de rastreamento baseados em comunicação via celular (GSM – GPRS) serão aceitos apenas para as viagens onde 100% do percurso seja realizada dentro das áreas de cobertura das operadoras; Caso ocorra um evento e seja identificado que o veículo estava equipado com GSM_ GPRS para viagens em regiões que possuem área de sombra de cobertura de comunicação o segurado perderá o direito a indenização.

Tecnologia Autotrak: Equipamento com comunicação Satelital está permitido apenas para as versões OBC 3, OBC 4 e Prime; regra aplica-se também ao Projeto Caminhoneiro_ Versão OBC 3 e/ou superior);

Tecnologia Onixsat: Os equipamentos de rastreamento modelo Jabursat II e III estão autorizados somente para os embarques com valores inferiores a R\$ 200.000,00.

O Sensor e Atuador de Abertura da Porta do Baú: Obrigatório à instalação dos dispositivos em todas as portas do compartimento de carga do veículo. A regra aplica-se aos veículos não-articulados (Truck, Toco, 3/4). Caso o compartimento de carga possua porta lateral sem utilização do sensor e trava, a porta deverá soldada, impossibilitando abertura durante a viagem.

O Atuador de trava de 5º Roda será obrigatório caso o veículo não possua o sensor de desengate.

Os veículos combinados como Bitrem e Rodotrem deverão possuir sensores e atuadores conforme regra estabelecida neste documento em toda combinação, ou seja, as carretas da combinação deverão estar equipamentos com sensores de desengate e demais itens.

e) Equipamentos Rastreamento Móvel – ISCA reconhecidos por esta seguradora:

Abaixo segue as tecnologias de rastreamento móvel (ISCA) autorizadas pela AIG Seguros Brasil, qual deverá ser utilizada de acordo com as regras pré-estabelecidas neste documento.

O equipamento quando exigido deverá ser utilizado em adição ao equipamento de rastreamento fixo. (proteção adicional)

Provedores de Tecnologias Credenciados: Onixsat, Sascar - Cargo Track, Golden Sat e Pósitron;

Modelo Equipamento Permitido: O equipamento móvel (descartável e/ou retornável) e/ou fixo desde que estejam devidamente instalado na carreta e/ou na carga de acordo com sua especificidade;

Tipo de Comunicação: Rádio Frequência – 400mhz

Autonomia de bateria: Os equipamentos móveis deverão possuir autonomia de bateria interna do equipamento portátil superior ao tempo da viagem.

Instalação do equipamento: deverá ser realizada por funcionários do segurado e/ou pela equipe da empresa de gerenciamento de riscos. Proibida a instalação do equipamento através de ajudantes e/ou conferentes que não possuam vínculo empregatício com o segurado.

A camuflagem do equipamento, assim como a escolha do local onde o mesmo deverá ser acomodado deverá ser planejada com antecedência pelo segurado em conjunto com o a gerenciadora de risco. Não será autorizada a utilização do equipamento sem a correta acomodação em local não visível e de difícil acesso.

Será obrigatório o check list do equipamento quanto à confirmação de sinal e funcionamento antes do início da viagem.

Obrigatória à contratação do serviço de pronta resposta oferecido pela provedora de tecnologia, sendo o pagamento do serviço de responsabilidade do segurado.

O serviço de pronta resposta, assim como empresa provedora da Isca deverá ser acionada em no máximo 40 minutos após a constatação da perda do sinal e/ou confirmação de violação do equipamento principal (Equipamento fixo).

f) Regras Para Utilização Viatura de Escolta:

O serviço de escolta será autorizado desde que sejam cumpridas as regras estabelecidas neste documento. Utilização como proteção adicional e/ou substituição do veículo transportador que sem o equipamento de rastreamento e/ou com falha no rastreador.

O uso de equipe de escolta ostensiva nos termos previstos neste plano deverá ter as seguintes características:

Devidamente aprovada e licenciada segundo legislação em vigor, municipal, estadual e federal conforme aplicável;

A viatura de escolta não poderá ter idade superior a 03 (três) anos, dotada de equipamento de rastreamento, inclusive por teclado, e configuração mínima que permita a disponibilidade do sinal à gerenciadora de risco, com os intervalos tempo de posicionamento de 05 minutos; O sinal deverá estar liberado para a central da gerenciadora de risco responsável pelo monitoramento do auto-carga.

Composta por dois agentes (devidamente armados, treinados e certificados), equipados rádio comunicador / celular para contato ininterrupto com o veículo escoltado e central de apoio da gerenciadora de risco;

As equipes de escolta deverão apresentar-se completas e logisticamente aptas no ponto de início de viagem; não sendo permitidos desvios de rota ou qualquer parada não constante no itinerário;

Cabe à equipe de escolta ostensiva a segurança do motorista, auto-carga e carga durante o deslocamento na área definida acima, pontos de paradas e pernoites, findando tal responsabilidade somente quando o auto carga adentrar nas instalações do recebedor e confirmado o recebimento da carga pelo retorno do canhoto da nota fiscal ou em local determinado pela gerenciadora de risco;

Qualquer troca ou substituição (mesmo que momentânea), de pessoal ou viatura por parte da empresa de escolta, deve ser informada imediatamente à gerenciadora de risco;

g) Gerenciadora de Risco:

Fica entendido e acordado através deste documento que o serviço de gerenciamento de riscos deverá ser realizado pela empresa de gerenciamento de riscos informada pelo segurado e analisada por esta seguradora durante período de cotação e assinatura do contrato de seguro.

Conforme informado pelo segurado a empresa de gerenciamento contratada e responsável pelo serviço de Gerenciamento de Riscos é a empresa **A INFORMAR**.

Expressamente proibida à utilização de empresas e/ou estruturas de gerenciamento de propriedade do segurado e/ou Subcontratado que não tenham sido previamente avaliadas e autorizadas pelo departamento de Marine Loss Control Engineering - AIG Seguros Brasil.

A substituição da empresa de gerenciamento de riscos deverá ser informada a esta companhia de seguros com antecedência para que sejam feitos os devidos ajustes na apólice de seguros.

Caso seja registrado um sinistro e seja identificada a falha do serviço de gerenciamento de riscos de propriedade do segurado e/ou que o serviço de gerenciamento não tenha sido realizado pela empresa de GR acima informada pelo segurado, o processo de indenização será encerrado sem direito ao pagamento tendo em vista o descumprimento da regra de gerenciamento de riscos estabelecida entre as partes desde o processo de cotação e assinatura do contrato de seguro.

Vale salientar que isso se refere exclusivamente a condução do gerenciamento dos riscos de transporte de carga e NÃO se estende ao atendimento e regulação de sinistro – que será feito por empresa designada pela AIG SEGUROS BRASIL.

3) Obrigações e Responsabilidades

a. Segurado

É obrigação **do Segurado** é cumprir e fazer cumprir todas as regras estabelecidas neste documento.

Garantir a manutenção/contratação da empresa de gerenciamento de riscos informada durante assinatura/emissão desta apólice de seguros. O segurado deverá informar com antecedência intenção de troca para devida análise e ajuste da apólice.

Não será autorizada a terceirização do serviço de gerenciamento de riscos contratada por transportadores e/ou motoristas agregados.

Caberá ao segurado apresentar a empresa de gerenciamento de riscos contratada as regras estabelecidas neste documento, bem como garantir que a mesma está apta a realização de todos os procedimentos.

Para os embarques realizados a partir de suas unidades fica estabelecida sua responsabilidade de providenciar através de sua equipe e prestador de serviço a execução de todos os procedimentos de gerenciamento de riscos definidos neste documento, a saber: confirmação pesquisa/ consulta, utilização adequada de veículos equipados com rastreador fixo e proteção adicional conforme regras estabelecidas nas tabelas por tipo de operação.

Nos casos em que atividade de transporte, for realizada pela estrutura própria do segurado (Frota de Veículos de sua propriedade) e/ou terceiro diretamente contratado, fica o mesmo obrigado a cumprir todas as responsabilidades designadas ao transportador indicadas neste documento.

O segurado não deverá autorizar a saída de um veículo caso este esteja em desconformidade com as normas pré-estabelecidas neste documento.

Garantir quando necessário a amarração adequada da carga de acordo com os requisitos estabelecidos na resolução nº 552 emitida pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) em 17/09/2015. Conforme artigo 3º estabelece que TODAS as cargas transportadas, conforme tipos e especificações devem estar devidamente amarradas, ancoradas e acondicionadas no compartimento de carga ou superfície de carregamento do veículo, de modo a prevenir movimentos relativos durante todas as condições de operação esperadas no transcorrer da viagem, como: manobras bruscas, solavancos, curvas, frenagens ou desacelerações repentinas.

Garantir que os veículos estejam equipados com tecnologia de rastreamento de acordo com as regras definidas neste documento.

Efetuar pesquisa de todos os motoristas, ajudantes e veículos através da ferramenta de pesquisa disponibilizada pela Gerenciadora de Riscos contratada antes do carregamento do veículo;

Efetuar a consulta e registro de todos os embarques antes do início da viagem, providenciar a troca caso os mesmos apresentem status “Não Recomendados”

Liberar o sinal de rastreamento, bem como verificar a necessidade de teste do equipamento de rastreamento fixo (check list) antes do carregamento do veículo conforme regra estabelecida neste documento.

Manter os equipamentos de rastreamento em perfeito estado de conservação e de funcionamento;

Em caso de falha ou pane do equipamento de rastreamento, o segurado deverá providenciar reparo ou promover a troca do veículo imediatamente.

O segurado deverá garantir estrutura de pronta resposta através da empresa de gerenciamento de riscos, para atendimento e recuperação de ocorrências roubo.

Em caso de pane mecânica o segurado deverá acionar a gerenciadora de risco para a análise das circunstâncias e adoção de eventuais medidas de segurança adicionais. Caso seja necessário efetuar o transbordo da carga e/ou a troca do veículo, a operação deverá estar enquadrados nas medidas indicadas neste plano;

Caberá ao Segurado orientar os motoristas a realizar check list da carga no momento do carregamento, e devida ressalva caso esta apresente alguma inconformidade.

Fornecer ao motorista o Plano de viagem estabelecido pela gerenciadora de riscos; o motorista deverá seguir as Normas de Segurança estabelecidas pelo gerenciador, bem como regras previstas neste documento;

Orientar o motorista a realizar o contato com a central de monitoramento durante todo percurso até a finalização da viagem realizada;

No caso de troca de motorista e/ou veículo durante a viagem, informar a gerenciadora de risco, fornecendo todos os dados para que seja efetuada a emissão do novo registro de embarque.

b. Gerenciadora de Riscos

A gerenciadora de riscos tem a responsabilidade da empresa de efetuar a gestão de todos os embarques de acordo com as regras estabelecidas neste documento.

Garantir a execução das medidas operacionais de forma a prevenir e ou interromper quaisquer circunstâncias ou eventos que coloquem em risco o embarque / viagem.

É obrigação e responsabilidade da empresa de gerenciamento de riscos efetuar o monitoramento ativo de todos os embarques informados pelo segurado, conforme as condições previstas neste Plano.

A central de monitoramento da gerenciadora de riscos será responsável pela execução do serviço de rastreamento garantindo as configurações e medidas de segurança informadas neste documento. A central de monitoramento deve garantir estrutura de atendimento reativo caso sejam constatados ocorrências operacionais, suspeitas de roubo e/ou a confirmação de roubo.

A operação de monitoramento deve estar apta a desencadear ações de contenção e/ou recuperação a partir do sistema de rastreamento em um prazo máximo de 15 minutos a partir da constatação de alerta emitido pelo sistema de tecnologia.

Todas as ações desencadeadas pela central de monitoramento para a contenção e/ou recuperação do veículo deverão estar registradas em sistema, assim como documentadas em relatório de atendimento de sinistro. Incluindo registro de ligações para o acionamento dos órgãos policiais e serviço de pronta resposta.

Obrigatório realizar o teste periódico do equipamento de rastreamento, sensores e atuadores antes do carregamento conforme procedimento estabelecido neste documento. Em caso de falhas caberá a gerenciadora de riscos informar o segurado para que o mesmo possa efetuar a troca do veículo.

Caberá a central de monitoramento, efetuar os acionamentos previstos em seu plano de contingência em caso de suspeita de roubo, acidente ou desvio da rota programada; a partir da análise e decisão sobre parâmetros que definam que este ato não colocará a vida do motorista em risco;

É responsabilidade da gerenciadora de risco manter arquivo de toda documentação, assim como controle de viagem, relatório de rastreamento de veículo, etc., por no mínimo 12 meses;

Advertir e afastar os motoristas que descumpram com os procedimentos de Gerenciamento de Riscos;

É obrigação da gerenciadora de riscos contratada pelo segurado, prover treinamento e sistemas necessários ao cumprimento das medidas previstas neste plano.

4) Procedimentos para Prevenção de Acidentes

Os motoristas deverão cumprir os requisitos Procedimentos para prevenção de acidentes descritos abaixo:

- O uso do Tacógrafo (Registrador Instantâneo Inalterável de Velocidade e Tempo) é equipamento obrigatório para os veículos de carga e passageiros, conforme prevê o Art 105, inciso II, do Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do CONTRAN N^{os} 14/98 e 87/99”.
- Utilizar disco-diagrama, do tipo sete dias ou compatível com a viagem, preenchido com os dados de identificação do veículo e período abrangido e arquivado.
- O motorista deverá ser instruído para obedecer à velocidade máxima permitida por lei no local em que transita ou de acordo com as condições de pista e clima apresentadas no momento.
- O tipo de veículo designado deverá ser compatível com o tipo e natureza da carga a ser transportada.
- Antes de reiniciar a viagem o motorista deve realizar uma checagem do veículo para evitar possíveis sabotagens.
- O motorista deve observar o estado da carga durante a viagem e verificar se houve violação de lacres, baús, embalagens, cintas ou amarrações.
- O motorista não deve revelar a natureza da carga, destino e rota para pessoas desconhecidas.

5) Procedimentos em Caso de Sinistro (Acidente e/ou Roubo)

Caberá ao Segurado, Transportador e/ou Gerenciamento de Riscos comunicar **todos os Sinistros** à AIG SEGUROS BRASIL através do **TOLL FREE DDG 0800.725.55.08**.

A empresa designada para prestar o atendimento de emergência 24 horas em todos os casos de **ACIDENTES** nas rodovias é a WAGNER REGULADORA DE SINISTROS LTDA, qual será acionada pela Central de Atendimento da AIG SEGUROS BRASIL.

Uma vez acionada, a central de controle da reguladora de sinistros ficará responsável pela coordenação das ações para controlar a extensão dos danos e demais providências necessárias.

Para os casos de **ACIDENTES** em que o motorista se comunique com a transportadora e/ou com a Gerenciadora de Riscos, o mesmo deverá ser avisado imediatamente à central da AIG SEGUROS BRASIL através do **TOLL FREE DDG 0800.725.55.08** sobre o sinistro, informando todos os detalhes pertinentes (local do acidente, identificação do motorista e veículo, tipo do acidente, tipo da carga, etc).

Para os casos de **ROUBO** em que o motorista se comunique com a transportadora, o mesmo deverá ser avisado imediatamente à central da Gerenciadora de Riscos, devendo esta após o atendimento informar a AIG SEGUROS BRASIL através do **TOLL FREE DDG 0800.725.55.08** sobre o sinistro, informando todos os detalhes pertinentes (local do acidente, identificação do motorista e veículo, tipo do acidente, tipo da carga, etc).

Caso haja suspeita ou constatação de roubo em andamento, o segurado, transportador e/ou gerenciadora de risco serão responsáveis pelo acionamento do PLANO DE CONTINGÊNCIA e dos órgãos policiais disponíveis na região de onde se originou o fato, bem como as rotas de fuga, a partir do ponto de abordagem, evitar a evasão dos meliantes, da carga roubada e do veículo transportador;

É obrigação e responsabilidade do Segurado, Transportador e Gerenciamento de Riscos indicar todas as medidas necessárias para prevenir e ou interromper quaisquer circunstâncias ou eventos que coloquem em risco o embarque/viagem e é obrigação e responsabilidade dos transportadores e segurado a adoção destas medidas citadas;

Observação importante: estas providências não eximem a transportadora (através do motorista ou agente local) a tomar as medidas de controle ao seu alcance para minimizar as perdas; inclusive nos casos de acidentes rodoviários que resultem em saque de mercadorias.

A notícia imediata, prevista em até 60 minutos a partir da confirmação do fato, conterá dados básicos parciais do carregamento e resumo do acontecimento, devendo a gerenciadora de risco ampliar a notícia em até 12 horas, desde que consiga acesso aos fatos, reemitindo a difusão aos interessados de forma simultânea;

Nesses casos, motoristas e ajudantes envolvidos em tais ocorrências estarão temporariamente afastados do sistema de transportes até a conclusão da fase preliminar das averiguações; A partir da confirmação do fato, a central da gerenciadora de risco estará difundindo a notícia entre os interessados neste Projeto de Gerenciamento de Riscos, conforme ordem abaixo:

- i. Cliente –
- ii. Gerenciador –
- iii. AIG SEGUROS BRASIL

[- BR.avisosinistro@aig.com](mailto:BR.avisosinistro@aig.com)
[- Tatiana.leite@aig.com](mailto:Tatiana.leite@aig.com)
[- edson.souza@aig.com](mailto:edson.souza@aig.com)

6) Considerações Finais

- a) Ao constatar ocorrências que envolvam crimes contra o patrimônio com carga do cliente a área de sinistro da AIG SEGUROS BRASIL, acionará conforme seu critério os agentes de averiguações que seguirão para o local do sinistro em tempo hábil, objetivando o início da sindicância administrativa para apuração dos envolvidos, das causas e dos efeitos decorrentes, realizando esforços necessários para recuperação do prejuízo, mediante entrevistas com vítimas, agentes de escolta, testemunhas, reconstituição do fato e outras medidas necessárias;
- b) Nos casos onde for identificada a falha na condução do gerenciamento de risco (como por exemplo a falha da empresa de gerenciamento de risco, ausência dos procedimentos de segurança estabelecidos neste documento, a inexistência ou inadequação do serviço de atendimento de sinistros e emergência, falha no equipamento de rastreamento do veículo e/ou o não cumprimento das medidas deste Plano de Gerenciamento de Risco) fica facultada à SEGURADORA o direito de negar o processo de indenização e/ou obter junto ao responsável (causador) o ressarcimento sobre eventuais perdas.

7) Formalização - De acordo

Os termos e procedimentos definidos nesse Plano de Gerenciamento de Risco foram estabelecidos em conjunto e em comum acordo com o segurado a fim de minimizar a probabilidade ou severidade de eventual ocorrência com Conjunto Veículo&Carga que transportará mercadorias seguradas conforme descrito no item ***“Objeto de Seguros”*** na apólice.

O sinistro somente terá cobertura pela apólice de seguros se ficare comprovado, através de documentação, que as medidas de gerenciamento de riscos estabelecidas a seguir foram integralmente cumpridas pelo segurado, preposto e/ou seu transportador.

Esta condição será válida desde que as ocorrências não sejam atribuíveis à culpa grave, dolo e/ou má fé ao segurado, ao transportador contratado e/ou seus prepostos, nem de inobservância das disposições que disciplinam o transporte rodoviário e leis do código brasileiro de trânsito e medidas de gerenciamento de risco estipuladas.

O não cumprimento de quaisquer das medidas de Gerenciamento de risco estipuladas nesse documento por ação do segurado ou dos seus transportadores e prepostos, configura-se falha grave, acarretando prejuízo à cobertura de seguro nos termos previstos na apólice, bem como quando aplicável à carta de DDR.

Assim estando o Segurado e Corretor cientes e de pleno acordo com as recomendações apresentadas nesse documento e entendendo fazerem parte integrante da apólice de seguro correspondente sob o título Clausulas Específicas - Nº 322 Gerenciamento de Riscos; assumem a responsabilidade de orientar seus empregados, agentes, prepostos e transportadores ao fiel cumprimento das mesmas.

O presente documento deve ser emitido em 03 (três) vias de igual teor e forma e devidamente assinadas (devendo todas as assinaturas ser reconhecidas em cartório) pelas partes abaixo qualificadas, sendo uma dessas vias neste ato entregue ao **“Embarcador”, “Transportador” e “Seguradora”**. Este documento vigorará no período de vigência da apólice ou até ser substituído por nova versão.